

1 Transcrição da 439ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA

2

3 □

3 **00:06:10 Anselmo Guimarães:** Muito bom dia senhor presidente Jonatas, conselheiros e
4 conselheiras, demais amigos que nos acompanham pela internet. Tendo sido verificado o quórum
5 da reunião, a mesa declara abertos os trabalhos da 439ª Reunião Ordinária do Plenário do
6 CONSEMA, que tem a pauta conhecida e distribuída no prazo regimental a todos os senhores.
7 Informo aos presentes que a transmissão ao vivo dos trabalhos pode ser acessada no *Youtube*, na
8 página “@semilsp”. A presente reunião ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário
9 Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual através de videoconferência, já
10 aproveitando aqui para saudar os conselheiros que nos acompanham de maneira remota. Gostaria
11 também de agradecer os municípios que nos acompanham, seja aqui presencialmente, seja
12 remotamente, fica aí o nosso registro. Gostaria de passar ao Expediente Preliminar, passamos a
13 aprovação da Ata da 438ª Reunião Ordinária do Plenário, distribuída junto com a convocatória
14 aos senhores conselheiros, razão pela qual eu peço ao plenário que se dispense a leitura, e fica,
15 portanto, considerada aprovada pela presidência. E agora nós vamos passar as comunicações da
16 presidência e da secretaria executiva, e agora, com a palavra, o senhor subsecretário de meio
17 ambiente, Jonatas Trindade, que hoje está presidindo a reunião, para as suas comunicações e
18 informes. Senhor presidente, muito obrigado, bom dia, a palavra é sua, por favor.

19

20 **00:07:40 Jonatas Trindade:** Bom dia. Tudo bom, pessoal? Vamos falar rapidinho que hoje a
21 agenda está bem extensa, mas eu gostaria de ressaltar alguns aspectos do que ocorreu no neste
22 mês. O DER investiu em dispositivos para proteger animais que cruzam a SP 613, em Presidente
23 Prudente. Foram instaladas cercas e passagens de fauna no Morro do Diabo, no Parque Estadual
24 Morro do Diabo, que é um pedido e um trabalho que vem sendo conduzido de forma articulada
25 com a Fundação Florestal. Na segunda-feira foi publicada a resolução 89, 18/10/24, que convoca
26 a 5ª Conferência Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. E ontem foi publicado o
27 edital, o chamamento, na verdade, em que consta o link para que as entidades da sociedade civil
28 possam se inscrever e participar desse processo de seleção das entidades que vão compor o COE,
29 o Comitê Orientador Estadual, na realização da Conferência Estadual ao indicativo da
30 conferência para que ocorra entre 3 e 14, ou 4 e 14 de março, salvo melhor juízo, na primeira
31 quinzena de março do ano que vem, para que a gente realize a nossa conferência. As conferências
32 municipais, pelo que o MMA tinha orientado, já deveriam ter começado a ocorrer com previsão
33 até dezembro, nós estendemos até dia 25 de janeiro, essa foi a orientação conversada na Comissão
34 Tripartite Estadual, acertada com o objetivo de dar maior tempo para os municípios se
35 organizarem e realizarem suas conferências municipais, e a sociedade civil também. Então, a
36 resolução e o regramento em relação à Conferência estão postos. Nossa ideia, estava combinando
37 com a Marina, é que, por meio do PMVA, a gente possa fazer um evento grande de
38 esclarecimento, tanto em relação ao edital que foi publicado e a participação de uma forma geral
39 dos municípios nessa articulação e organização das conferências municipais. Estamos
40 encerrando, até a semana que vem, a fase vermelha da Operação São Paulo Sem Fogo, agora
41 começando as chuvas, diminuiu bastante o número de incêndios no estado de São Paulo,
42 principalmente na região mais crítica, que foi a região noroeste do estado. Enfrentamos incêndios
43 significativos. Um que foi bastante marcante para a gente, tendo em vista a necessidade de uma
44 grande mobilização, foi na Estação Ecológica de Jataí. O estado entrou com toda a força para
45 poder conter aquele incêndio. É impressionante o tanto que os ventos influenciaram
46 negativamente nesses incêndios. Para vocês terem ideia, em determinado dia da operação, o

47 pessoal tinha se preparado e aumentado o aceiro em determinada área, sabendo o avanço da linha
48 de fogo, acompanhando esse avanço da linha de fogo, é impressionante como o vento pulou o
49 aceiro em 400 metros, então, você poderia fazer o aceiro da extensão que fosse que aquele fogo
50 não seria controlado pela forma, essa é a informação da Fundação Florestal, que o fogo pulou o
51 aceiro foi parar lá na frente, 400 metros, no meio do mato, começou a pegar fogo. Então, foi uma
52 situação bastante crítica lá na Jataí, com o empenho de mais de 150 homens e mulheres em
53 combate, cinco aeronaves, entre asas fixas e rotativas, helicóptero e avião. Foi uma situação
54 realmente fora de qualquer previsão, fora de qualquer exercício de ação, que a coordenação e o
55 trabalho da equipe foi muito dirigente, com a participação do Corpo de Bombeiros e equipe da
56 Fundação trabalhando dia e noite, tanto do ponto de vista de combate como organização, e agora
57 passando essa fase, nós vamos fazer uma etapa de preparação mais forte para o ano que vem,
58 continuar nesse esforço de organização e preparo para esses incêndios e tendo essa nova
59 perspectiva, de que situações adversas, na forma como foram adversas, a gente vai ter que pensar
60 em alternativas para esse controle, porque realmente foi algo surreal, realmente foi coisa fora da
61 expectativa. A Fundação e os Bombeiros se organizaram no planejamento diário de combate,
62 com olhar naqueles fragmentos mais significativos dentro do Jataí, aquilo que tinha mais valor,
63 e o que se observou foi uma falta de controle pelas condições climáticas. E, após o controle dos
64 incêndios, a Fundação, junto com o apoio da sociedade civil, organizou uma grande força-tarefa
65 para a disponibilização de alimento e água para os animais. O pessoal em campo todos os dias
66 tem disponibilizado comida para os animais e tem monitorado essas áreas, a gente tem
67 conseguido captar isso de uma forma muito clara, em campo, vendo que os animais estão
68 procurando essa alimentação, esperando com que a vegetação se recomponha, que foi parte da
69 vegetação de cerrado, boa parte também que pode ser recuperar muito claramente com o início
70 das chuvas, mas os animais estão sendo cuidados e levando a Fundação um trabalho bastante
71 importante de fornecer água e alimento para esses animais. A Fundação tem imagens e vídeos e
72 depois pode até disponibilizar para mostrar o tanto que os animais têm procurado essas áreas que
73 foram criadas no meio da área queimada, que é isso, dentro da área queimada foram estabelecidos
74 pontos com água e alimentação, com troca diária, para poder esses animais terem algo para
75 comer, para se alimentar. Recentemente divulgamos o aniversário de 10 anos do DataGeo, uma
76 plataforma que saltou de 19 mil acessos em 2015, para mais de 550 mil acessos esse ano, ano
77 ainda não finalizado, então parabéns à equipe da CPLA que tem se esmerado junto com as demais
78 equipes na alimentação dessa grande base de dados que é muito relevante e diferenciada. Temos
79 realizado algumas ações no Programa Município VerdeAzul. Levamos uma mostra de cinemas
80 para 83 cidades, da mostra Ecofalante, com apoio e trabalho também coordenado via CEA, com
81 mais de 1 milhão de espectadores desde a primeira edição. A nossa PEAMB criou uma Central
82 de Gerenciamento de Ocorrência, vou deixar o coronel falar um pouquinho, e como foi aprovada
83 aqui no CONSEMA, o Parque Estadual da Serra do Mar ganhou a ampliação e incorporou áreas
84 com espécies ameaçadas, importantes da fauna e flora. O governo de São Paulo autorizou a
85 retomada de obras de barragem na região de Campinas, por conta da escassez hídrica. O
86 Lixômetro, no estado de São Paulo, por meio de uma forma de conscientização, lançou o
87 Lixômetro, e o governo de São Paulo retirou mais de 64 mil toneladas de lixo do Pinheiros no
88 último ano, e ainda já foram gastos mais de 114 milhões de reais para a retirada desse lixo, em
89 especial do Pinheiros e afluentes. Acho que é isso, vamos seguir.

90

91 **00:16:01 Anselmo Guimarães:** Obrigado, senhor secretário Jonatas, hoje, presidindo aqui a
92 reunião. E hoje, passando aos informes aqui da Secretaria Executiva, hoje tomam posse no

93 plenário do CONSEMA as conselheiras Camila Rocha Cunha Viana e Ester Feche Guimarães,
94 da Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da SEMIL, respectivamente, como
95 titular e suplente, em complementação aos mandatos de Samanta Ivonete Salvador Tavares de
96 Souza e Meunim Rodrigues de Oliveira Junior. De igual forma, os conselheiros Ricardo Pedro
97 Guazzelli Rosario e Luiz Eduardo Filizzola D'Urso, respectivamente, como titular e suplente,
98 pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, em complementação aos mandatos de Maria
99 Cristina de Oliveira Lima Murgel e Luís Gustavo de Souza Ferreira. Registro aqui as nossas
100 boas-vindas aos novos integrantes do plenário, e também nossos agradecimentos aos ex-
101 conselheiros pelo profícuo trabalho aqui junto a esse plenário do CONSEMA, e a mesa, portanto,
102 declara empossados os novos conselheiros e conselheiras. Aproveitando esse momento, também,
103 convidar todos os conselheiros e a sociedade para participar das próximas audiências públicas
104 convocadas pelo CONSEMA. No dia 26 de outubro, mais conhecido como amanhã, nós teremos
105 a audiência em Piracicaba, aliás, amanhã, dia 24 de outubro, em Piracicaba, do EIA Rima do
106 empreendimento Implantação do Contorno Norte de Piracicaba, de responsabilidade da Eixo
107 Concessionária. No dia 26 de novembro, agora sim, no município de Ribeirão Grande, o EIA
108 Rima do empreendimento Implantação de Atividade de Extração de Calcário, de
109 responsabilidade da CBE. Todas presenciais, início às 17h. Para mais informações, solicitamos
110 que consultem a página eletrônica da SEMIL, em especial na sessão de audiências públicas. Dito
111 isso, vamos passar agora aos 30 minutos de fala divididos entre os conselheiros e conselheiras
112 para assunto de interesse geral. Falei com alguns conselheiros nos últimos dias, já tem algumas
113 inscrições. Conselheiro Fernando Prioste, peço a confirmação aqui, conselheiro Beloyanis,
114 também conselheiro Crepaldi. Agora está levantando o conselheiro Perinotto, Victorino,
115 conselheiro Resende, também conselheiro Rogério Menezes, conselheira, Rosa Ramos, o
116 conselheiro Paulo Nelson havia informado previamente que iria fazer a palavra mas ele não está
117 aqui conosco na reunião. Depois, a depender, se ele conseguir acessar, peço a compreensão de
118 todos para a gente ceder alguns minutos para ele. Conselheiro Nalon. Perfeito, então nós temos
119 aqui 10 inscrições com o coronel, 3 minutos para cada conselheiro, fica ótimo, aí não tem dúvida,
120 não é? Não precisa quebrar. Vou começar primeiro convidando os representantes da sociedade
121 civil, começando aqui pelo conselheiro Fernando Prioste, por favor.

122

123 **00:16:01 Fernando Prioste:** Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de fazer uma sugestão aqui
124 para o conselho, para o subsecretário, para que em algum momento a gente possa fazer uma
125 discussão um pouco mais aprofundada sobre os autos de infração ambiental e a tramitação desses
126 procedimentos. Basicamente por duas razões: Lá no Instituto socioambiental, há muito tempo a
127 gente tem lidado com essa questão e, nos últimos quatro, cinco anos, com um pouco mais de
128 atenção, a gente já fez uma discussão aqui com a Secretaria sobre o mérito destes autos de
129 infração, com a Polícia Militar Ambiental também, que foi bem profícuo, mas eu identifico lá
130 nos autos de infração ambiental vícios no procedimento, na forma de lidar com os autos de
131 infração que não só geram prejuízos para as comunidades, mas para a sociedade como um todo.
132 O que eu observei para ser sucinto aqui? Que nos atos decisórios são produzidas novas provas
133 no procedimento administrativo, que nulifica os procedimentos; Não é respeitado o efeito
134 suspensivo da interposição do recurso administrativo, é feito em deferimento tácito de prova oral,
135 quando a disposição é para que seja feita a análise, se ela é pertinente ou não; Tem uma
136 morosidade muito grande na tramitação dos procedimentos. Veja, tem um procedimento lá que
137 a comunidade quilombola foi notificada agora, sete anos depois do julgamento de auto de
138 infração, e nós vamos chegar aqui num debate num CONSEMA também, de um auto de infração

139 que está tramitando na Comissão Temática e Processante, que tardou 10 anos para julgar o
140 recurso administrativo de uma infração ambiental. É feita a notificação em algumas situações da
141 lavratura do auto de infração ambiental, mas esse auto de infração ambiental não está disponível
142 no sistema para consulta da pessoa interessada. A notificação também é feita de uma forma que
143 não entrega a contra a fé para a pessoa, entrega só uma certidão de notificação que tem o número
144 do procedimento e a data da análise lá no atendimento ambiental. E a impressão que eu tenho é
145 que essas situações elas não são relacionadas só às comunidades quilombolas, principalmente
146 pelo que chega a nós na Câmara, na CT Processante. E eu fico assim, de certa forma, bastante
147 alarmado do fato que se gasta uma energia muito grande para fazer a fiscalização, para
148 concretizar os autos de infração, mas o trâmite desses procedimentos é excessivamente moroso
149 e, vamos dizer assim, cheio de equívocos administrativos na condução que levam a nulidades
150 que se chegaram ao judiciário vão ser reconhecidas. Já estou em diálogo com a CFB sobre essa
151 questão, com o João Tiago mesmo, diante das várias atribuições que tem na Secretaria, também
152 da situação que ocorreu com o Rafael, que eu espero que ele esteja já prontamente recuperado, a
153 gente precisa, acho, que discutir sobre isso, sabe, discutir mudanças efetivamente, tanto que vai
154 desde a capacitação dos servidores e servidoras, até do próprio rito dos procedimentos
155 administrativos, sobre pena deles serem absolutamente inócuos, o trabalho, os recursos feitos
156 pela administração vão ser praticamente nulos, né? Custa muito mais caro autuar e processar tudo
157 do que o recurso que o estado de São Paulo oferece com esses autos de infração. Então gostaria de
158 propor que a gente discutisse um pouco isso, que a CFB pudesse trazer com calma essas
159 informações, o que está acontecendo, a quantidade de servidores, que me parece ser muito
160 pequena, e as dificuldades mesmo até de formação técnica para que esses procedimentos tenham
161 um curso regular e cheguem a fase final sem vistos, respeitando os procedimentos
162 administrativos. É isso.

163

164 **00:23:03 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Fernando Prioste. Vou convidar
165 aqui o conselheiro Beloyanis Monteiro.

166

167 **00:23:10 Beloyanis Monteiro:** Bom dia a todos. Primeiro, eu queria parabenizar, viu, Jonatas,
168 a respeito desse evento que você está propondo com os municípios, que o que eu tenho visto, é
169 que grande parte dos municípios estão meio perdidos, e esse evento seria uma oportunidade de
170 orientar, de como fazer essas conferências, e pode contar comigo nesse processo. E outra coisa,
171 assim, me pegou de surpresa, não só eu, eu fiquei incumbido de ser porta-voz do PL de mudança
172 climática que teve o veto do governador. No tempo que a gente está discutindo no Conselho de
173 Mudanças Climáticas, que a Secretaria, pelo visto, está preocupada com essa pauta, o governo
174 veta um PL de mudanças climáticas nas escolas. Eu não sei qual é o motivo que foi alegado, mas
175 eu acho que, para mim, não justifica. Eu acho que essa é uma pauta que a gente teria que trabalhar
176 melhor, porque se a intenção da Secretaria é ter mudanças climáticas como uma pauta importante,
177 esse PL, o veto desse PL causa estranheza ao movimento e as pessoas que trabalham com
178 educação ambiental, porque a gente já tem visto os desastres que estão acontecendo, e se a gente
179 não começar a trabalhar pelas escolas, a gente não vai chegar a lugar nenhum. Tenho que fazer
180 esse registro para vocês, e bora fazer essas conferências aí, e conta comigo, falou? Obrigado.

181

182 **00:24:35 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Gostaria de convidar o conselheiro
183 Ricardo Crepaldi, da ABES. Bom dia, conselheiro. Obrigado pela participação aqui
184 remotamente.

185

186 **00:24:48 Ricardo Crepaldi:** Bom dia a todos. Estão me ouvindo bem? Obrigado, Anselmo.
187 Bom, pelo subsecretário Jonatas, na presidência, pelo Anselmo, eu cumprimento a todos que
188 estão na plenária presencial, e os colegas aqui dentro da plenária virtual. Bom, minha fala é rápida
189 e é uma só, de informar, principalmente ao subsecretário Jonatas, e todos os colegas aqui, estou
190 aqui em Bauru dentro das festividades dos 40 anos do Conselho de Meio Ambiente do município,
191 do Comdema do município, eu já tinha comentado isso com Anselmo, isso na semana passada,
192 e estamos aqui com vários momentos e reflexões sobre o Comdema de Bauru, que foi o terceiro
193 Comdema do país, criado no país há 40 anos atrás. Um ponto importante, não só falando, como
194 todos nós aqui, dentro das cadeiras do estado, a participação popular, a participação das entidades
195 da sociedade civil e, realmente a escuta, a escuta pelo poder público local dos anseios dos
196 representantes da comunidade, ou seja, o controle social que muita gente falou, muita gente
197 revisou na resolução 01 desse ano, lá do Comdema que a gente fez o Licenciamento Ambiental
198 Municipal. Então, queria colocar a todos essa reflexão da importância, claro que nossos colegas
199 que estão no fundo, imagino, da nossa bancada mais ambientalista, mais forte, o Prioste, o
200 pessoal, a importância da nossa fala, a importância da sociedade civil, a importância da
201 representatividade. E no caso de Bauru, nesses 40 anos, foram muito difíceis, mas a resiliência
202 sempre vence, a resiliência e o bem público, o bem para todos. Eu gostaria de, então, nesse
203 momento, em público, e essa gravação aqui eu vou refletir na reunião plenária que nós vamos
204 fazer com os vereadores na próxima sexta-feira em Bauru, e ex-prefeitos, sobre dentro da nossa
205 pujança, dentro da nossa regionalidade em Bauru, nós conseguimos manter e colocar isso, e
206 manter 40 anos de atividades. Isso é muito importante para todos que passaram aqui, eu agradeço
207 a todos, todos os deputados estaduais, federais, regionais, que a gente teve aqui e ajudaram o
208 nosso controle, ao controle ambiental do município. E, é claro, o impacto da região que eu acho
209 que muitos conhecem e, principalmente, a SEMIL agora, por vários assuntos que têm relacionado
210 a Bauru durante esse período agora, principalmente neste último ano. Então é isso que eu queria
211 deixar. Muito obrigado a todos.

212

213 **00:28:01 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Ricardo Crepaldi. Vou convidar
214 agora o próximo inscrito, o conselheiro Alexandre Perinotto, da Unesp. Bom dia, professor, a
215 palavra é sua.

216

217 **00:28:01 Alexandre Perinotto:** Bom dia a todos e todas aqui presentes, os que estão também
218 participando de forma remota. Eu ia falar exatamente essa pergunta que o Beloyanis fez, tentar
219 entender o porquê desse PL das mudanças climáticas ter sido vetado, gostaria só de entender. Eu
220 li, mas não entendi. E a segunda coisa, não tem diretamente a ver com essa plenária, mas é uma
221 preocupação, que acho que é dos municípios, e agora tem essa crise de falta de água, acho que
222 todo mundo está passando por isso. Lá na minha cidade, agora é 12 horas com água, 12 horas
223 sem água. Mas eu fui presidente do Comdema lá em Rio Claro e, na época, nós tivemos alguns
224 embates com criação de barragens que estavam sendo propostas em locais completamente
225 inadequados, mas tem uma outra coisa que eu acho que é importante que seja visto, e eu não sei
226 como é que isso poderia ser levado de forma concreta para sanar o problema, mas é que quando
227 a água chega na ETA, na Estação de Tratamento, e depois ela chega na torneira do cidadão, lá na
228 minha cidade tem uma perda de 40% na rede. Então, eu sei que talvez Piracicaba, isso passa de
229 40%, e eu não sei como é que é a média do estado, eu não sei onde eu posso obter esse dado, mas
230 é uma preocupação grande porque nós podemos fazer novas reservas, podemos melhorar o

231 sistema, mas lá em baixo tem uma perda muito grande no sistema de distribuição. Então eu acho
232 que deveria também haver uma política pública no estado de tentar levar para os municípios essa
233 questão da reconstrução da reforma da distribuição da água, porque imaginar que 40% do que
234 você tratou, gastou, e depois não chega, é algo gritante, é impressionante mesmo, então eu acho
235 que isso é algo que deve fazer parte da política pública do governo do estado, de alguma, forma
236 chegar nos municípios. Muito obrigado.

237

238 **00:30:32 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, professor Perinotto. Gostaria de convidar agora
239 o conselheiro Victorino, por favor.

240

241 **00:30:43 José Eduardo Victorino:** Bom dia a todos. Em nome do subsecretário Jonatas, bom
242 dia aos sentados à mesa, os que também estão online. Minha colocação é só uma sugestão. A
243 gente, na segunda-feira teremos novos prefeitos eleitos, ou reeleitos, e a gente sempre sabe que
244 começo de ano há uma mudança no organograma, então eu queria fazer a leitura de um texto que
245 eu fiz para deixar registrado, e pedir a colaboração de vocês todos aqui. “Com a proximidade das
246 chuvas fortes de verão, que têm causado, em sua maioria, danos físicos e materiais, penso que
247 seria importante que o CONSEMA se manifeste no sentido de contribuir com a gestão da
248 proteção e Defesa Civil. Sabemos dos prejuízos que os eventos causam ao meio ambiente, e é de
249 fundamental que o chefe dos executivos municipais tenha pleno conhecimento dos possíveis
250 riscos de desmoronamentos, inundações, e pleno conhecimento de possíveis riscos que possam
251 acometer os municípios durante o período de chuvas fortes de verão. Nesse sentido, eu gostaria
252 de propor às conselheiras e conselheiros, uma forma de chegar até o chefe do executivo, aqueles
253 que ainda não possuem seus organogramas, que a Coordenadoria e a Defesa Civil estejam
254 subordinadas diretamente ao chefe do executivo municipal. E aqui eu faço uma referência na sua
255 Conferência Nacional, lá em Brasília, ao qual nós participamos, de 4 a 7 de novembro 2014, no
256 relatório de janeiro 2015. Na diretriz, no eixo I, gestão integrada de riscos e respostas de
257 desastres. Nós tivemos lá 620 pontos, ou seja, muita gente votou a favor desse item, que foi o 5º
258 item das diretrizes. Criar mecanismos para fortalecer e dar autonomia no âmbito municipal, a
259 Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, na aplicação da lei 12.608, juntamente com os demais
260 órgãos gestores de risco, promovendo integração dos órgãos que a compõem, garantindo recursos
261 e meios para que promovam conferências e outros eventos, além de subordiná-la diretamente ao
262 chefe do executivo, gabinete do prefeito, com o status de Coordenadoria, Secretaria ou órgão de
263 Proteção e Defesa Civil. Essa proposta foi uma compilação das propostas da Paraíba, Rio Grande
264 do Sul e do estado de São Paulo”. Aqui, para finalizar, é muito importante que essas
265 coordenadorias estejam ligadas ao gabinete. O prefeito tem que saber exatamente quais são os
266 riscos que ele tem hoje lá. Nós temos vários mapeamentos de risco, nós temos várias informações
267 que tem que chegar no executivo. Então nós não podemos ter mais Coordenadoria ligado a uma
268 Secretaria, porque a informação não chega aquele que “é o dono da caneta”, ele que tem essa
269 responsabilidade dentro do município. Então seria essa a minha colocação e obrigado pelo
270 espaço.

271

272 **00:33:38 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro, pela participação. Conselheiro Roberto
273 Resende, por favor.

274

275 **00:33:42 Roberto Resende:** Bom dia a todos. Aproveitar aqui para registrar a questão que está
276 proposta de uma intervenção que, a princípio, é no estado do Paraná, e o que consta é a iniciativa

277 do governo estadual do Paraná, mas que afeta, poderá vir a afetar o sistema estuarino lagunar de
278 Cananéia, que é o canal, a dragagem do canal do varadouro, que foi notícia poucos dias sobre a
279 BR do mar. Então já tem demandas lá da comunidade Caiçara da região, que depois a gente
280 gostaria de encaminhar aqui para o colegiado. Semana que vem vai ter uma reunião provocada
281 pelo Ministério Público Federal do Paraná, então a gente gostaria já de perguntar aqui para
282 Fundação Florestal e para a Secretaria sobre o acompanhamento dessa proposta, e já na
283 sequência, retomar também o assunto do Valo Grande, que ano passado a gente, numa discussão
284 que teria aqui sobre mangue, um plano da Fundação Florestal a respeito de estratégia para os
285 manguezais, que acabou nem acontecendo a apresentação, na época a gente perguntou como está
286 a questão da barragem, foi respondida algum tempo depois pela Cetesb e pelo DAAE, a Cetesb,
287 enquanto responsável pelo licenciamento, e o DAAE pela gestão e operação dessa obra, que isso
288 dá tudo na mesma, na verdade. Então, além da gente prevenir a atenção com essa obra que está
289 sendo proposta pelo lado do Paraná, no mesmo sistema estuarino lagunar, há também a
290 preocupação aqui do lado de São Paulo, que é uma obra, a princípio, de responsabilidade dessa
291 Secretaria, da SEMIL, tanto o licenciamento quanto a operação, então, de provocar aqui
292 novamente qual a posição do governo de São Paulo a respeito de solucionar a questão da
293 barragem do Valo Grande e o encaminhamento disso aí. E a preocupação de antecipar, já no
294 outro extremo do sistema, a questão do Canal do Varadouro, a gente até compartilha as demandas
295 que estão vindo de lá, preocupação com mais uma obra um tanto fora de contexto agora, a gente
296 que acompanha um pouco mais a região, toda a questão, já é um sistema bastante frágil, com
297 contexto agora de mudança climática, já teve rompimento de barra, etc., então, a preocupação
298 das comunidades locais, dos ambientalistas, a respeito dessa obra e reforçando uma solução para
299 o Valo Grande. Obrigado.

300

301 **00:36:23 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Gostaria de convidar para fazer
302 uso da palavra o conselheiro Rogério Menezes.

303

304 **00:36:45 Rogério Menezes:** Muito bom dia a todos e a todas. Queria saudar inicialmente a todos
305 que estão presencialmente, através do secretário Jonatas, que representa a secretária Natália
306 Resende, o secretário executivo Anselmo, saudar o seu retorno ao CONSEMA. Cumprimentar a
307 todos e a todas nas pessoas da doutora
308 Rosa Ramos, aqueles que estão virtual, que representa a OAB, e a Maria Eduarda San Martin,
309 que representa comigo a ANAMMA neste plenário, a representante que foi eleita pela
310 ANAMMA Mulheres. Eu queria registrar congratulações pelo funcionamento dos trabalhos que
311 têm sido realizados pela Comissão Tripartite Estadual. São Paulo, trabalho conjunto do governo
312 federal com o governo estadual, dos órgãos da gestão ambiental dos dois níveis de governo, ao
313 qual se somam a ANAMMA e a Secretaria de Meio Ambiente da prefeitura de São Paulo. Então,
314 agradecer a publicação da resolução, o chamamento e o atendimento dos municípios em relação
315 ao que pleiteamos, que era mais tempo para realização das conferências municipais no estado de
316 São Paulo, que os municípios se dedicarão a realizá-las de agora, alguns municípios vão fazê-lo
317 no prazo, como é o município de São Paulo no prazo de 15 de dezembro, e boa parte dos
318 municípios vão até o final de janeiro concluir as suas conferências. Eu queria aproveitar, também
319 cumprimentar a diretora Marcela do DECONAMA, e o secretário Jonatas, que pessoalmente tem
320 se dedicado a participar das reuniões da Comissão Tripartite Estadual. Também queria sugerir
321 aos municípios paulistas e as entidades regionais, como são os Comitês de Bacia e as agências
322 metropolitanas, a possibilidade de, com base na provocação do estado, com a normativa que já

323 estará publicada no Diário Oficial, chamarem conferências regionais para envolver os municípios
324 de cada região hidrográfica, municípios das regiões metropolitanas, porque isso vai favorecer a
325 participação dos municípios pequenos, que têm e terão dificuldades de realizar, e a maioria não
326 realizará a conferência de meio ambiente. Eu acredito que, no âmbito regional, pode-se ter
327 convocações, o que não impede que os grandes municípios realizem as suas conferências, mas,
328 por exemplo, Campinas está propondo aqui na região metropolitana de Campinas, a rc. Então,
329 deixar essa sugestão e agradecer a todos pela possibilidade de avançarmos na discussão do
330 Sistema Nacional do Meio Ambiente. A tripartite não é um detalhe, é uma possibilidade real de
331 diálogo permanente entre os tripés, os governos municipais, federal, estadual, na questão da
332 construção do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Muito obrigado.

333

334 **00:40:37 Anselmo Guimarães:** Prefeito, muito obrigado, conselheiro Rogério Menezes, pela
335 participação. Na sequência, a conselheira Rosa Ramos.

336

337 **00:40:49 Rosa Ramos:** Olá, bom dia. Meus cumprimentos a todos, na pessoa do secretário
338 Jonatas. Obrigada, Rogério, sempre pela referência. Minha fala é bem rápida, mas é importante.
339 Nós nos manifestamos há pouco tempo atrás, não sei qual a reunião passada, abordamos sobre a
340 lei específica do Guaió, que está sendo debatida no âmbito das Câmaras Técnicas. E lá, com os
341 debates, nós entendemos que seria muito importante reunir com os municípios afetados por essa
342 Bacia. A gente acabou constatando várias dificuldades que esses municípios terão para cumprir
343 a lei específica de um manancial que não cumpre mais esta função e também, em razão das
344 diversas outras finalidades implantadas no entorno desse manancial. E assim como a inexistência
345 de quem mantinha esse manancial ativo, como córregos, rios, eles não existem mais e que
346 necessitam de uma revisão no seu mapa geográfico. A própria Sabesp, nos estudos do Plano
347 Regional de Saneamento, já reconheceu isso, que o planejamento da região metropolitana
348 daquela área tem outros planos, mas eu creio que ainda o principal seria pensar numa
349 descaracterização como manancial. Então, essa minha fala é para destacar a importância do
350 empenho, de concretização nesta questão dentro da Câmara Técnica e seu encaminhamento, seja
351 no sentido de manter a lei, e aí os municípios vão ter que construir saídas para compatibilizar o
352 Plano Diretor com essa lei específica, ou todos, estado e municípios que fazem parte da Bacia,
353 pensem em como efetuar essa descaracterização de algo que não é mais manancial e consta na
354 lei estadual como tal. E, como a gente sabe, isso prejudica os licenciamentos, nos municípios que
355 são licenciadores, acabam remetendo para a Cetesb, e a Cetesb. pelo município ser licenciador,
356 devolve para os municípios. A gente sabe que os municípios de Mauá, Suzano, Poá, Ferraz, todos
357 se mostraram favoráveis, e se debruçar em cima dessa proposta de descaracterização, de debater
358 o assunto. Então é esse meu pedido, o meu encaminhamento.

359

360 **00:43:22 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheira, pela participação. Convido
361 agora a conselheira Cláudia Habib.

362

363 **00:43:32 Claudia Maria Lico Habib Tofano:** Bom dia a todos e a todas. Prazer revê-los,
364 mesmo que seja virtualmente. Inicialmente, eu quero agradecer todos que trabalhamos
365 firmemente, de uma maneira muito integrada, nesse período de estiagem, na prevenção de
366 desastres, em função dos fogos severos que nós tivemos. Já estamos trabalhando, apesar de
367 estarmos no período das águas para preparação da estiagem do ano que vem, e ao que tudo indica,
368 será muito semelhante com esta que vivemos em 2024. Três pontos, de uma forma muito rápida,

369 em relação ao que foi dito pelos conselheiros sobre as Defesas Cívicas, e também sobre a segurança
370 hídrica. Em relação às Defesas Cívicas, nós estamos trabalhando, muito importante isso que foi
371 citado aqui, com todos os municípios do estado para que haja continuidade das Defesas Cívicas
372 Municipais nesta fase de transição decorrente das eleições. É uma determinação legal, inclusive
373 estamos fazendo um trabalho com a Defesa Civil do estado, com a coronel Cláudia, já
374 identificamos os municípios que não possuem Defesa Civil no estado, em torno de 13 ou 14, para
375 que haja essa criação, essa implantação de uma forma muito rápida em função do período das
376 águas. E também, uma outra frente, que é de extrema importância, que os membros das Defesas
377 Cívicas Municipais sejam concursados de carreira, justamente para que não haja essa quebra, essa
378 descontinuidade em função da situação eleitoral. Em relação à perda da água, segurança hídrica,
379 muitíssimo bem colocado, esse trabalho é feito pelo Ministério Público individualmente, cada
380 promotor na sua cidade, mas também temos um trabalho a nível de estado, com os 20 maiores
381 municípios, em termos de percentual de perda da água. É um trabalho hercúleo. O percentual, o
382 conselheiro citou, em torno dos 40%, alguns municípios têm percentual superior. Quando
383 começamos o trabalho, na faixa de 75%. Quer dizer, é muita coisa, não é? Hoje houve uma
384 melhora, mas ainda é um trabalho hercúleo. E por fim, o terceiro ponto que eu gostaria de propor,
385 que nós trabalhássemos juntamente com a Secretaria de Agricultura, a SEMIL, um trabalho de
386 integração na reparação e na recuperação do que esse desastre causou, do que os focos de
387 incêndios causaram. Nós percebemos que quando nós chamamos os proprietários de áreas
388 atingidas, e é bem complexo esse universo todo que nós tivemos, o estado inteiro praticamente
389 incendiado, muitos não têm ajustado no CAR. Então, algumas vezes remanescente de vegetação,
390 áreas protegidas foram atingidas, e não houve ainda essa adequação no CAR. Então, a minha
391 proposta é que a gente trabalhe nisso para que seja desenvolvido algo já no CAR para que os
392 proprietários já insiram isso, inclusive a forma de reparação, porque nesse universo todo seria
393 uma maneira, nesse universo todo de desastre que nós tivemos, de destruição, seria uma maneira
394 de extrema importância para que a gente pudesse já trabalhar na recuperação. Era isso, muito
395 obrigada a todos.

396

397 **00:47:02 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, doutora Cláudia Habib Tofano. Muito obrigado
398 pela participação. Agora conselheiro Nalon, Marco Aurélio Nalon.

399

400 **00:47:13 Marco Aurélio Nalon:** Bom dia a todos os conselheiros e conselheiras, eu queria trazer
401 só duas informações rápidas também sobre produtos que acho que sempre contribuem para o
402 avanço do nosso conhecimento do meio ambiente, nas discussões. Um é de âmbito nacional, é o
403 lançamento, recém lançado agora, o Inventário das Áreas Úmidas Brasileiras. Uma publicação
404 do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Áreas Úmidas, com financiamento do CNPQ.
405 Ele é um lançamento em e-book, eu vou encaminhar depois para o CONSEMA o endereço
406 eletrônico, que é gratuito, para baixar. É um material extenso, com mais de 700 páginas, e dou
407 um destaque aqui para o capítulo 23, que são as áreas úmidas do território paulista, que foi
408 desenvolvido pelo corpo técnico aqui da SEMIL, na figura do IPA. É um trabalho que já vem há
409 mais de três anos sendo feito, até compilar o estado inteiro, ele chegou a sua conclusão. Ele traz
410 uma, assim, preenche bastante uma lacuna do conhecimento, que são esses ambientes. Então, ele
411 traz, desde a questão da ecologia, como deve ser manejada essas áreas, que às vezes, nas
412 restaurações, causam muito... Mandam restaurar com floresta uma área que originalmente é
413 úmida e vice-versa, às vezes isso acontece. Também traz as principais ameaças. É um documento
414 que acho que colabora bastante com o nosso conhecimento. E uma outra excelente notícia é que

415 nós acabamos de assinar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento um acordo de
416 cooperação do banco com a SEMIL, representado pelo IPA, dentro daquela Lei de Inovação
417 Tecnológica interveniente a Fundepag, para desenvolver um projeto de implementação para
418 melhorar a política de gestão de riscos e desastres para o estado de São Paulo. E o foco é o Litoral
419 Norte, então vai ser um projeto de duração de dois anos, da ordem de 450 mil dólares, com
420 contratação de todo tipo de consultoria. E ele basicamente tem três componentes, um que é uma
421 atualização, complementação e até desenvolvimento de novas técnicas e metodologias de
422 mapeamento de risco para a região do Litoral Norte, vai ser a área de estudo inicial, o
423 desenvolvimento também de mecanismos mais eficientes de alertas de monitoramento. Então
424 vão ser eleitas áreas demonstrativas, naturalmente, São Sebastião, Sahy, é uma delas, porque tem
425 toda uma dinâmica ainda ocorrendo, e também Ubatuba, que tem áreas que são de interesse de
426 monitoramento, e um outro componente, que é como dar resposta. Então é um trabalho conjunto
427 do IPA. Assim, os parceiros naturais já engajados e a própria Defesa Civil do estado, e também
428 as Defesas Cíveis Municipais. Isso vai acabar cobrando também as escolas municipais e outros
429 órgãos e agentes lá da região, até mesmo organizações sociais, aquelas que forem pertinentes.
430 Então, acho que vai trazer um benefício grande a implementação dessas ferramentas e elas vão
431 servir, logicamente, de parâmetros para a gente estender essa metodologia posteriormente para
432 todo o litoral paulista e também outras áreas de risco no estado.

433

434 **00:50:54 Anselmo Guimarães:** Ok, obrigado, Nalon. E agora, o Coronel Navarro.

435

436 **00:50:58 Leandro Carlos Navarro:** Bom dia a todos e a todas. Em nome do subsecretário de
437 Jonatas, que está aqui, eu cumprimento a todos os conselheiros e conselheiras. Trazer algumas
438 informações, acho que o Tiago e o Rony vão trazer um balanço da Operação São Paulo Sem
439 Fogo, mas é importante a gente ter um recorte de todas as ações, de tudo que isso impactou na
440 questão operacional da nossa Polícia Militar Ambiental. Para os senhores terem uma ideia, e eu
441 vou fazer um recorte aqui, bem da região noroeste, que foi o que o nosso subsecretário falou aqui,
442 que foi a região mais impactada no nosso estado, nós tivemos, de maio a setembro, em 2023,
443 cerca de 7.300 focos de incêndio. Esse ano, no mesmo período de maio a setembro, nós tivemos
444 mais quase 82 mil focos, só nessa região, então, o aumento de mais de 1000% ali na região
445 noroeste do estado. O nosso esforço operacional na região também aumentou em 115%, em
446 boletim de ocorrência, em termos de vitórias realizadas in loco, nas áreas que foram atingidas
447 pelo fogo, então, teve um esforço operacional gigantesco nosso nisso. Em termos de área que foi
448 autuada ali na região noroeste, nós tivemos 3.584, em 2023, e houve um salto para 8.437. E
449 mesmo assim, o nexos de causalidade em 2023 ficou em 17%, ou seja, área fiscalizada, área
450 autuada e esse ano aqui, mesmo com todo o esforço, aumentando 115% o esforço operacional,
451 pelo tamanho da área atingida pelos incêndios, nós ficamos em 3%. Então essa é uma coisa
452 importante para a gente trazer aqui, que já foi falado. A gente precisa melhorar e hoje está tendo,
453 viu Jonatas, lá em Itapetininga, que está sendo promovido pela Suzano, pela Companhia Suzano,
454 uma reunião grande envolvendo todo o setor para a gente encontrar medidas de prevenção,
455 melhorar as questões com relação aos planos de auxílio mútuo. Tem um oficial nosso
456 participando lá também, então apesar de todo nosso esforço na fase amarela, esse ano aqui era
457 um ano de condições climáticas severas, isso parece que vai se repetir para o ano que vem, então
458 a gente precisa se debruçar sobre isso e melhorar, porque se não a gente vai ter muitos problemas
459 para poder se debruçar e enfrentar. E aí pegando um gancho aqui que o conselheiro Fernando
460 Prioste citou do auto de infração, e aí nós vamos ter um Campo Grande também da gente

461 melhorar, principalmente a recuperação dessas áreas, como bem frisou a conselheira doutora
462 Cláudia, com o TCRA, com auto de infração, então isso já está sendo feito, viu, Prioste. Tenho
463 conversando aqui com o subsecretário Jonatas, o secretário executivo Anderson, já está sendo
464 analisado, junto com a CFB, doutor Daniel deve estar participando também disso, Polícia
465 Ambiental, para a gente melhorar, inclusive, já tem uma Minuta de proposta para alteração do
466 Decreto, o 64.456, de 19, que fala sobre toda a apuração das infrações ambientais. Também a
467 gente expedia estudo que está sendo construído, para a gente melhorar o processo do auto de
468 infração, dando mais agilidade e o foco sempre na questão da recuperação. Então, a gente tem
469 que colocar esforço, viu Jonatas, eu tenho isso como meta, assim eu não enxergo diferente, para
470 a gente colocar esforço realmente no Programa de Conciliação do Estado, isso é uma ferramenta
471 importantíssima. A gente tem hoje, infelizmente, ainda um baixo índice de conciliação, e isso
472 pode ser, é uma ferramenta importante para a gente focar exatamente na recuperação, dessas
473 áreas, principalmente, que nós temos a meta estadual, até o final do governo, mas agora nós
474 temos mais toda essa área que queimou, no Estado de São Paulo, que a gente precisa, de alguma
475 maneira, como bem falou a doutora Cláudia, fazer a recuperação dessas áreas o mais rápido
476 possível. E a conciliação, acho que é uma ferramenta nesse sentido, viu, Jonatas, então a gente
477 está trabalhando sobre isso aí, vamos melhorar o processo para dar mais agilidade, sempre
478 respeitando o contraditório, ampla defesa, e todo o processo legal, que isso é fundamental para a
479 gente evitar qualquer tipo de questionamento judicial, que isso ninguém ganha, não ganha a
480 sociedade, não ganha o meio ambiente e não ganha a polícia nem a SEMIL. Enfim, isso só traz
481 mais trabalho e a gente podia estar se esforçando em outras frentes. Vou trazer uma notícia
482 também, nós fizemos aqui, agora dia primeiro de junho, a gente inicia o período de Piracema,
483 que vai até o final de fevereiro. Então a gente já fez um esquentar ali na região também do nosso
484 interior do estado. Então nós tivemos 178 fiscalizações que geraram 40 autos de infração e cerca
485 de quase meia tonelada de pescado apreendido. Isso tem um foco na proteção da nossa fauna
486 ictiológica, mas também na sustentabilidade do recurso pesqueiro para aqueles que estão legais,
487 que dependem da pesca no nosso estado. Então isso tem um foco, começa agora, dia 01, mas a
488 gente já fez uma pré-Piracema para já ir sentindo o clima e ir esquentando os motores. Acho que
489 é isso. Com relação ao Copom Ambiental, está a pleno vapor. Nós estamos recebendo, e hoje
490 saiu uma matéria, eu estava vindo para cá, saiu uma matéria na Bandeirantes falando exatamente
491 do Copom Ambiental, na Rádio Bandeirantes, e está sendo um sucesso. É um desafio para a
492 gente também, porque a gente está revendo toda a questão de entrada, de ocorrências, despacho
493 disso, de redirecionamento com relação a atribuições de competência, que é muito importante,
494 envolvendo o município, principalmente o município de São Paulo. E a gente tem uma meta até
495 o final deste ano de ampliar o Copom Ambiental, tanto para todo o litoral do estado, mas também
496 para a região de Campinas e Sorocaba e, num futuro próximo, isso está em todo o estado de São
497 Paulo, a gente tem uma central única, a pessoa liga 190, é uma entrada única para toda a demanda
498 ambiental, isso gera controle, gera segurança para operador e a gente tem uma condição de
499 realmente priorizar aquilo que é importante, que a gente precisa atender. Então é isso, meu muito
500 obrigado e um excelente dia de trabalho a todos.

501

502 **00:58:39 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, coronel Navarro. Avançou um pouco no tempo
503 dos três minutos, mas já adiantou as respostas aqui que a gente ia convidá-lo para fazer alguns
504 comentários acerca do que foi colocado. Então só pra fazer esse registro, obrigado. Já adiantou
505 o expediente. E agora, o último inscrito, o conselheiro Paulo Nelson. O conselheiro Paulo Nelson
506 indicou aqui como representante para fazer uso da palavra por ele, o senhor Rogério Nunes

507 Borges, então ele, antecipadamente, foi comunicado. Por favor, seja bem-vindo, vou pedir para
508 alguém levar o microfone para você. Pode pegar um desses por gentileza? Já está na mão.
509 Obrigado senhor Rogério.

510

511 **00:59:20 Rogério Nunes Borges:** Bom dia a todos. Quero congratular as autoridades na pessoa
512 do subsecretário, senhor Jonatas, a todas as entidades que representam a sociedade civil
513 organizada na pessoa do senhor Paulo Nelson Rego, que me abriu essa oportunidade. E eu quero
514 iniciar minha fala parabenizando esta casa pela revisão da normativa 01, de 2018, que se tornou
515 a 01, de 2024, sobre o Licenciamento Ambiental Municipalizado. Meu nome é Rogério Nunes
516 Borges. Eu fui conselho de meio ambiente em Paulínia por dois mandatos, as nossas regras não
517 me permitem continuar, mas o COMDEMA não sai de dentro do cidadão. E, de novo, parabenizo
518 porque foram dois anos, quase, de muito debate em algumas mudanças importantes que foram
519 feitas ali, e o que eu trago para esta casa hoje, nesse parabéns, é a mudança, principalmente no
520 Anexo 4, onde se coloca que além, na declaração feita pelo município, ele precisa estar
521 informando também a legislação ambiental, que o número da legislação ambiental, que versa
522 sobre o Licenciamento ao qual ele está pleiteando. E por que eu trago esse parabéns e essa
523 situação? Eu vou estar protocolando com o senhor Anselmo, e depois entregando uma cópia
524 física ou digital para os conselheiros, nós estamos num universo de 645 municípios no estado e
525 nós sabemos o gargalo para o estado, muitas vezes, conseguir fiscalizar, e eu estou trazendo uma
526 denúncia que foi feita por mim, como conselheiro na época, e que hoje está como investigação
527 de crime pela 9605. Nós sabemos que um problema ambiental não é apenas um ato danoso direto
528 num ambiente, mas às vezes a atuação administrativa pode ser muito mais danosa para o meio
529 ambiente em alguns aspectos. E a solicitação que hoje é feita de um município informar a
530 legislação ambiental é importante, e eu queria estar requerendo, como defensor do controle
531 social, que fosse anexado, revisto por essa casa que, junto com o Anexo 4, fosse colocado que a
532 ata de aprovação do Licenciamento Ambiental, feita pelo COMDEMA do município, seja
533 anexado também, porque a minha cidade de Paulínia teve uma alteração de Licenciamento
534 Ambiental sem que a cidade tivesse regramento que regrasse o Licenciamento Ambiental, ao
535 qual ela pleiteou, e o COMDEMA do município não teve acesso à informação nenhuma, até que
536 o caso fosse consumado. Então, cito um acórdão da ministra Rosa Weber, que nós, como casa
537 legisladora aqui, e fiscalizadora, devemos sempre buscar prevenir, utilizando o princípio da
538 prevenção e da precaução que rege as questões ambientais. Então o meu informe é um parabéns
539 a casa por essa grande mudança onde o município já precisa informar que tenha a lei, ou seja,
540 algo que teoricamente eu lembro que eu tive uma reunião com a doutora Talita Serra no ano
541 passado, e ela falou: “mas isso é óbvio”. Eu falei, mas às vezes nós precisamos escrever o óbvio.
542 Então eu gostaria de solicitar também que a ata dos COMDEMAS, dos municípios que estão
543 pleiteando o Licenciamento Ambiental fosse anexada ao Anexo 4, porque isso estaria tirando o
544 serviço do estado de estar fiscalizando, o que nós sabemos que seria muito difícil para a Secretaria
545 de Estado fiscalizar todos os municípios se tem a lei, se o COMDEMA está participando
546 corretamente. E o último requerimento, embasado na lei 13.507, que essa casa peça informações,
547 eu estou informando o número SEI do inquérito que está aberto, e que essa casa acompanhe
548 justamente pelo interesse intrínseco de estar se preservando o meio ambiente, inclusive nas
549 questões administrativas. Agradeço a oportunidade e vou estar fazendo um protocolo com o
550 secretário.

551

552 **01:03:52 Anselmo Guimarães:** Por favor. Muito obrigado pela presença aqui no nosso plenário.
553 Nós vamos recepcionar a documentação, depois a gente formaliza tudo, e fazer os devidos
554 encaminhamentos, inclusive solicitando à municipalidade que informe, acerca do contigo aqui,
555 e também buscando informações e compartilhando com os demais representantes aqui do
556 conselho. Muito obrigado. Perfeitamente, com isso, todos os inscritos já tiveram suas
557 manifestações. Nós vamos trazer aqui a palavra para mesa, então, e passo aqui a palavra ao
558 subsecretário Jonatas, para os comentários acerca daquilo que foi colocado. Obrigado, secretário.
559

560 **01:04:35 Jonatas Trindade:** Prioste, em relação ao que você indicou, o ideal é que a gente
561 tivesse as contribuições apresentadas de forma formal para discutir e chamá-lo também a
562 participar dessa discussão. Essa discussão tem sido feita com a participação da PEAMB, da CFB,
563 a PGE, o que a gente quer é melhorar o procedimento. A gente tem visto esse olhar de melhoria,
564 então, essa contribuição é importante para ver como é que a gente avança nesse procedimento do
565 julgamento e de tudo relacionado aos autos de infração, tá certo? Beloyanis, em relação ao PL, a
566 manifestação foi da Secretaria de Educação. O que nós somos consultados foi na época da
567 apresentação do PL, com algumas contribuições em relação ao PL, mas em relação ao autógrafo,
568 ele não veio para a Secretaria de Meio Ambiente, ele foi para a Secretaria de Educação, então eu
569 não sei quais foram os fundamentos que levaram a Secretaria de Educação a ser contrária ao PL.
570 O que eu imagino é que seja relacionado a ser algo muito isolado, não tem o contexto mais amplo
571 da educação ambiental, como a gente vem trabalhando, por exemplo, no nosso conselho, a CEA,
572 no objetivo de tornar isso algo inerente à educação ambiental, mas algo mais transversal. Não
573 posso te falar o que foi, qual foi a manifestação da educação, mas o que eu posso garantir é que
574 ele não veio para a nossa manifestação em relação ao autógrafo do PL que subsidiou a
575 manifestação final do governador, mas a gente tem trabalhado no CEA com a temática, entende
576 que ela é importante, que tem que ser abrangida. A gente também fez essa discussão e depois eu
577 passo a palavra à Malu até para explicar um pouquinho desse contexto da CEA e de como que a
578 gente tem entendido o assunto nessas discussões que têm ocorrido no âmbito da CEA. Crepaldi,
579 a questão da participação e a escuta dos anseios da sociedade e a questão do controle social, a
580 Secretaria está totalmente à disposição. A secretária Natália tem colocado muito nesse sentido a
581 necessidade e a importância da participação social na construção das políticas públicas e na
582 melhoria dessas políticas. Nós estamos à disposição, sempre abertos. O que eu peço sempre e o
583 que eu tenho colocado, o ideal é que haja uma contribuição formal, eu acho que é o primeiro
584 aspecto, essa formalização é sempre importante para a gente, e que a gente agende, ou marque,
585 ou possa, dentro dos fóruns, dos espaços que estão sendo trabalhados, ter essa discussão com a
586 sociedade civil, eu acho que é a melhor forma de trabalhar. Primeiro a formalização, porque
587 garante com que a sociedade civil tenha o seu pleito registrado dentro do estado de São Paulo,
588 do governo e que a gente possa endereçar a resposta junto numa discussão sempre franqueada,
589 sempre aberta e democrática, na forma de discussão. Logicamente, o estado de São Paulo tem
590 responsabilidade naquilo que é competente de endereçar as políticas públicas dentro do que é o
591 entendimento do governo, nas práticas e na forma de condução dentro das suas responsabilidades
592 do que a lei permite, mas logicamente, qualquer contribuição ou melhoria de política pública, ou
593 na forma de participação nos diversos fóruns, ou oportunidades que sejam estabelecidas nessa
594 relação, acho que são sempre salutares. Eu sempre tenho colocado, estamos sempre abertos a
595 conversar, a dialogar e a construir essas melhorias, dentro do que o Prioste colocou também, essa
596 aproximação com as comunidades, de uma forma geral, são sempre importantes. A Marina vai
597 falar um pouquinho em relação ao que a gente tem desenvolvido e trabalhado no nosso PEARC,

598 o nosso Planos de Adaptação, Resiliência e Mudanças Climáticas, com o olhar nessa participação
599 social, e a Natalia, secretária Natália, pediu para que a gente pudesse envolver a sociedade civil
600 de uma forma bastante firme, principalmente porque nosso plano considera a justiça climática
601 como eixo estruturante, um eixo transversal na verdade, e que deve fazer parte de uma forma
602 bastante robusta dentro do nosso plano. Em relação ao que foi colocado pelo conselheiro
603 Perinotto, questão de falta de água e o desperdício de água. Nós temos aqui representação da
604 Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento que pode falar um pouquinho mais, mas dentro
605 da perspectiva do que foi a desestatização da Sabesp, e esse é um aspecto bastante importante,
606 realmente a gente não pode perder tanta água como tem pedido no sistema. Tem métricas postas,
607 estabelecidas nessa desestatização de melhoria e diminuição de perdas de água, e como eu falei,
608 em relação à questão do PL, a manifestação foi da educação. Em relação a dragagem do canal,
609 Roberto Resende, esse licenciamento é um licenciamento federal, nós estamos acompanhando,
610 sim, importante que haja um envolvimento da Fundação e de uma participação efetiva da
611 sociedade civil, depois eu posso passar a palavra também par o Diego, que pode explicar um
612 pouquinho do olhar que a Fundação tem tido em relação ao assunto. Valo Grande, depois eu
613 posso passar para Cetesb, falar um pouquinho mais da resposta que foi apresentada. Reforçar a
614 fala do Rogério Menezes, que a gente tem que fortalecer cada vez mais a Tripartite Estadual, e
615 eu estou entendendo que a Tripartite Estadual, apesar da lei indicar que ela é tripartite na lógica
616 do SISNAMA, estados, união e municípios, sempre tem espaço para a participação da sociedade
617 civil, não é uma reunião fechada, Beloyanis tem pedido essa participação, eu tenho falado o
618 tempo todo, convidado. A gente pode, Rogério, pensar em divulgar nossa agenda anual
619 indicando, porque a ideia, pessoal, é que haja, em cada reunião, a troca de quem conduz a reunião.
620 Determinada reunião é conduzida pela união, a próxima pode ser conduzida pelo estado e a outra
621 pelos municípios. Então, a gente faz essa troca constante da presidência nas reuniões da tripartite,
622 e pode mudar o local da reunião. Mas a gente divulgando agenda, a gente pode criar um canal de
623 comunicação para que a sociedade civil possa acompanhar essa reunião, porque realmente eu
624 entendo que é uma reunião aberta a toda a sociedade, e sempre tenho tentado avisar o Beloyanis
625 com antecedência para que possa participar. Beloyanis também, se puder divulgar, você sabe que
626 a gente não tem esse negócio de porta fechada, muito pelo contrário, é porta aberta para que a
627 gente possa discutir e avançar na agenda que a gente tem construído dentro da tripartite. Reforçar
628 que as conferências podem efetivamente ocorrer de forma regionais, como foi colocado pelo
629 conselheiro Rogério Menezes. Indicar que nós já estamos programando aqui a nossa reunião do
630 PMVA no dia 6, às 14:00, 06/11, para que a gente possa discorrer sobre o que está sendo proposto
631 dentro do regulamento das conferências, tanto municipais como a estadual, então nós estamos
632 programando para o dia 6 no participe da CEA, nós vamos divulgar isso no nosso site, mas fica
633 já informado que vamos realizar no dia 6, às 14 horas. Em relação ao que foi posto pela
634 conselheira Rosa Ramos, é importante que haja uma discussão agora no Conselho de Recursos
635 Hídricos, porque a proposta do Guaió já passou e foi aprovada pelo CONSEMA, então, a equipe
636 da Secretaria de Recursos Hídricos poderia falar ou explicar como é que está esse processo e
637 quais são os próximos passos até para poder ampliar essa discussão e ter uma conversa mais
638 próxima, para que os municípios aqui tenham ciência de como estão sendo afetados e a proposta
639 de revisão do mapa, tem um entendimento na lógica do que pode ser trabalhado. Em relação ao
640 que foi posto pela doutora Cláudia, importante que haja um reforço das Defesas Cíveis
641 Municipais. Entendemos a importância e a participação deles em tudo o que tem a ver com essas
642 atividades, tanto de prevenção como de pronta resposta. No que eu pude acompanhar nas ações
643 de combate aos incêndios nas Unidades de Conservação, sempre tenho visto, viu, doutora

644 Cláudia, a participação da Defesa Civil, precisamos melhorar a estruturação das Defesas Civis
645 para pronta resposta, isso é algo que o estado tem buscado via Defesa Civil Estadual, esse reforço,
646 seja do ponto de vista de estrutura, seja do ponto de vista de capacitação, mas é algo que tem que
647 ser continuado e cada vez mais fortalecido, porque a gente quer realmente que a Defesa Civil
648 Municipal seja forte o suficiente para dar a resposta necessária junto com o estado, com todos os
649 atores que têm participado desse trabalho. E falar rapidamente que, em relação à questão da
650 reparação, o estado de São Paulo tem feito o mapeamento que vai ser apresentado parcialmente
651 na apresentação da CFB para identificação, principalmente das Áreas de Preservação
652 Permanente. O nosso objetivo, doutora Cláudia, é fazer um trabalho de recuperação dessas Áreas
653 de Preservação Permanente, e aí, o que eu posso falar também que a própria Secretaria de
654 Agricultura publicou uma resolução, que é a resolução 73, de 12/09/24, em que ela estabeleceu
655 um modelo de preenchimento de notificação de área atingida por incêndio, nessa resolução em
656 que o proprietário declara as áreas que foram atingidas, e o objetivo dessa resolução é realmente
657 recuperar as áreas atingidas por incêndios, e retomar as atividades produtivas. Então foi criada
658 essa Declaração de Ocorrência de Incêndios em Imóveis Rurais, que a agricultura chamou de
659 DOI, por meio dessa resolução, e o objetivo, a gente tem feito tratativas com a agricultura, é que
660 a gente tenha um olhar especial para as Áreas de Preservação Permanente, que foram atingidas,
661 com olhar de construção de corredores ecológicos e que a gente possa trabalhar com o apoio de
662 todos e conto com apoio da senhora na restauração dessas áreas. Nós estamos vendo, avaliando
663 qual seria esse modelo, qual seria o modelo ideal para trabalhar nessa restauração, e como
664 poderíamos atuar de uma forma bastante coordenada, e com apoio também da sociedade civil e
665 das empresas nessa restauração. E, logicamente, com os proprietários também. Em relação ao
666 que foi colocado pelo Nalon, é importante esse projeto do BID, que visa avançar nessa agenda
667 de identificação, de mapeamento de áreas de risco, trazendo novas metodologias. O que eu tenho
668 colocado é que a gente tem que acelerar esse processo. Eu falo o tempo todo como geólogo, a
669 gente tem que partir muito do feijão com arroz, o doutor Alexandre Perinotto sabe do que eu
670 estou falando. O feijão com arroz para mim é o seguinte, a geologia básica apresenta muita
671 informação, muita informação que a gente já pode extrapolar, fazer uma extrapolação das áreas
672 de risco, no seguinte sentido, se você tem uma área de risco identificada em determinado local,
673 a geologia indica que, se for a mesma litologia, a mesma rocha ao lado, a gente sabe que a gente
674 pode ampliar esse mapa de área de risco para as áreas adjacentes. Então, mapeamento geológico
675 básico, ele já dá uma certa informação. Logicamente que o trabalho do IPA é fundamental, tanto
676 do IPA como do IPT, porque detalha, inclusive, apresenta propostas de como deveria ser
677 trabalhado de forma preventiva, com a ação, mas assim, o mapeamento ele pode ser acelerado
678 tanto por metodologias que tragam a ciência, a matemática associada a esse mapeamento, e esse
679 é o desafio nesse trabalho, junto com o BID, trazendo tecnologias que são desenvolvidas em
680 outros países para internalizar aqui no estado de São Paulo, mas, ao mesmo tempo, a gente tem
681 que avançar nessa forma mais básica de colocar isso muito prático para todas as Defesas Civis
682 Municipais, para todos os municípios, daquilo que a gente consegue já identificar como uma área
683 de risco. Eu sei que a gente já faz isso, mas eu sempre fico provocando nesse sentido, eu sempre
684 parto do feijão com arroz, para mim, isso é o lógico para quem conhece um pouquinho de
685 geologia, sabe que a gente consegue avançar muito mais rápido, levando o básico e depois
686 aprimorando, detalhando essas coisas. Para reforçar o trabalho da PEAMB, nesse momento dos
687 incêndios florestais, a PEAMB fez um trabalho muito de campo, de forma preventiva, junto com
688 as equipes da fiscalização, da Fundação Florestal, principalmente no entorno das Unidades de
689 Conservação. Foi feito um trabalho de monitoramento de áreas para identificar os infratores que

690 estavam botando incêndios florestais, botando fogo realmente. Foi um trabalho bastante intenso,
691 com todo mundo em campo. Dia de semana, final de semana, todos os dias em campo para poder
692 monitorar, o território é gigantesco, mas a presença em campo inibe também esses infratores, eu
693 tenho certeza disso. E esse trabalho a gente vai continuar, vai estruturar de uma forma melhor. O
694 que a gente está entendendo, viu, doutora Cláudia e demais conselheiros, é que a gente tem muito
695 a avançar nessa coordenação do São Paulo Sem Fogo, na melhoria da forma de atuação. Eu acho
696 que a gente tem um trabalho bastante robusto, mas sempre tem espaço para melhoria e a gente já
697 enxerga, diante dessa experiência e da forma como foram os incêndios florestais, que a gente
698 precisa avançar em diversos temas, em diversos assuntos e a gente conta muito com o apoio do
699 Ministério Público nesse trabalho, tanto de coordenação como de subsídios para melhorar a
700 forma de atuação. A gente tem uma limitação, os recursos são escassos e a gente tem que também
701 otimizar a utilização desses recursos e, logicamente, a coordenação desse trabalho foi conduzida
702 pelos Bombeiros e a gente tem que enxergar, dentro dessa articulação junto com os Bombeiros,
703 o que a gente pode melhorar na prática, mas a gente sabe que situações como relatei desse fogo
704 que pulou e foi parar lá na frente, é algo, assim, que também é de difícil controle, realmente a
705 gente tem que melhorar a prevenção para evitar o máximo possível esses incêndios, e fazer um
706 trabalho muito forte de conscientização, porque é impressionante, as pessoas ainda colocarem
707 fogo, para mim, na minha cabeça enquanto cidadão, é inconcebível pessoas ateaem fogo numa
708 situação tão crítica, e a gente tem que penalizá-los de uma forma mais rígida e isso a gente tem
709 trabalhado internamente para aprofundar e ampliar a punição desses infratores, e o governo
710 federal fez um movimento similar, aí, já no âmbito penal, porque é isso que a gente está
711 precisando, as pessoas entendem que a lei é dura e que vão ser penalizados se cometer esse tipo
712 de infração. Em relação à questão da revisão da 01/24, como proposto, é algo que a gente tem
713 que discutir, não é, Rogério, tem que ver o que pode ser aprimorado, mas o que a gente também
714 tem colocar é o seguinte, a lei complementar é muito clara, da responsabilidade do município
715 declarar que é competente e pode realizar o licenciamento nesta resolução também,
716 então, tem uma responsabilidade subjetiva da prefeitura naquilo que ela declara, se ela tem
717 competência e capacidade de realizar o licenciamento. Lógico, a gente pode pensar no
718 aprimoramento dos instrumentos, mas assim, essa responsabilidade ela é direta do prefeito ou
719 daquele município que declara, mas é algo que a gente pode levar a discussão, na verdade, foi
720 levada à discussão este tipo de aspecto, quando foi construída a deliberação 01 de 24, e depois o
721 Anselmo pode explicar um pouquinho do que foi tratado no âmbito dessa discussão nas Câmaras
722 Técnicas. Acho que basicamente era isso. Vamos continuar com as apresentações, que eu acho
723 que falei demais.

724

725 **01:22:29 Anselmo Guimarães:** Vamos convidar, então, todos, já são 10:27, temos três itens de
726 pauta bastante importantes, então o César gostaria de falar?

727

728 **01:22:42 César Louvison:** Bom dia, senhor subsecretário, bom dia, senhores conselheiros.
729 Atendendo a provocação, eu estou aqui representando a Subsecretaria de Recursos Hídricos e
730 Saneamento, Camila Viana, que tomou posse, foi empossada hoje por este conselho, e algumas
731 situações tangenciaram exatamente as minhas atribuições. Eu estou coordenador de recursos
732 hídricos do estado nos últimos dois anos. Em relação à pergunta do conselheiro Perinotto, a
733 questão de perdas tem sido uma preocupação, eu diria que desde o início do Sistema Integrado
734 de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e lá se vão 30 anos, e as cidades apresentam problemas
735 de ordem urbanística que nós não conseguimos efetivamente avançar. O senhor cita bem quando

736 diz que Piracicaba tem um índice alto, esse índice hoje está por volta de 55%, o que é alarmante,
737 mas a justificativa apresentada, digamos assim, pelos técnicos na região, diz respeito exatamente
738 a arquitetura da cidade, uma arquitetura antiga e que envolveria custos elevadíssimos para essa
739 alteração. O que nós temos feito? Nós temos o que nós chamamos de Programas de Duração
740 Continuada, que com os poucos recursos que o FeHidro tem, tenta estimular e diminuir
741 efetivamente essas perdas dentro do sistema, para que a gente alcance níveis mais razoáveis,
742 digamos assim. Essas iniciativas também têm passado por alguns estímulos, a troca de
743 equipamentos domésticos, dos hidrômetros, seja ele no plano das residências ou da própria
744 indústria e comércio, então, algumas ações são nesse sentido. O senhor também tocou num ponto
745 a respeito de onde obter essas informações. Nós temos um portal, que é o portal do
746 “sistemaintegradodegerenciamentoderecursoshidricos.sp.gov.br”, onde todas as informações
747 estão disponíveis, publicadas e acompanhadas diariamente para o máximo de divulgação
748 possível. E aí aproveito o gancho, para ser breve e já respondo ao meu ex-secretário adjunto na
749 antiga Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, Rogério Menezes, os CBHs serão
750 comunicados e serão estimulados, com certeza, a participação, e a estarem acompanhando junto
751 aos demais segmentos à Conferência Estadual de Meio Ambiente, então, podem contar com os
752 CBHs, eles estarão na figura dos seus secretários executivos à disposição para isso. E por último,
753 e não menos importante, doutora Rosa Ramos, minha querida representante na OAB, nós tivemos
754 a oportunidade já, fizemos uma reunião para encaminhar essa dúvida. A Fundação Agência de
755 Bacia do Alto Tietê já fez uma visita in loco, levantando as características do Guaió, e isto está
756 sob análise da Câmara Técnica de Planejamento, da nossa CT Plan, dentro do Conselho Estadual
757 de Recursos Hídricos e, imagino, terá um bom resultado. Então, imagino que respondi as maiores
758 dúvidas e coloco, mais uma vez, a Subsecretaria de Recursos Hídricos e Saneamento à disposição
759 dos senhores. Obrigado.

760

761 **01:26:36 Anselmo Guimarães:** Obrigado, César, que, além de Coordenador de Recursos
762 Hídricos, é o secretário executivo do Conselho de Recursos Hídricos, nosso contraparte lá. A
763 pedido aqui da mesa, o Diego vai fazer um breve comentário também, antes da gente passar para
764 continuidade.

765

766 **01:26:54 Diego Hernandes:** Obrigado, Anselmo, muito rápido, atender um pouco a solicitação
767 que o Resende trouxe em relação ao Varadouro, o Licenciamento. A Fundação Florestal emitiu
768 um parecer para consulta prévia para o Ibama. Esse parecer foi emitido em março deste ano aqui.
769 Nesse parecer, a gente destacou bastante, primeiro, a expansão da área de influência, na área de
770 estudo, para que não tenha o limite estadual, mas que amplie para a região, principalmente para
771 a Ilha do Cardoso. Tanto a gente colocou também a questão relacionada à nossa preocupação
772 quanto à intensificação ou mudança de processos de deposição e erosão, que podem afetar a Ilha
773 do Cardoso. Colocamos também a questão de ter as comunidades que vivem ali, que já tiveram
774 esse problema relacionado às suas vidas. Então tudo isso foi relatado na informação para o Ibama,
775 emitido em março, então a gente está acompanhando de perto sim o Licenciamento. Obrigado.

776

777 **01:27:58 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Com isso, a gente já esgotou aqui o nosso
778 expediente preliminar... ah, Mayla por favor.

779

780 **01:28:09 Mayla Matsuzaki Fukushima:** Em relação ao Valo Grande, Roberto, a gente continua
781 esperando os estudos ambientais, a gente não recebeu, mas a gente pode informar o plenário

782 quando der entrada, for protocolado, a gente pode informar ou, se tiver alguma outra informação
783 que indique a movimentação do assunto, a gente pode trazer o plenário.

784

785 **01:28:35 Beloyanis Monteiro:** Você poderia disponibilizar para nós esse material? Obrigado.

786

787 **01:28:41 Anselmo Guimarães:** Obrigado. Então, vamos agora ao primeiro item da Ordem do
788 Dia, que é a apresentação do status atual do desenvolvimento do Plano Estadual de Adaptação e
789 Resiliência Climática, o PEARC. Para isso, acabou de entrar Marina Balestero, nossa
790 conselheira. Muito obrigado a todos e a todas. Já cumprimentando, em nome da Marina, todos
791 os representantes aqui da CPLA e já passando a palavra.

792

793 **01:29:19 Marina Balestero:** Obrigada, Anselmo. Se a gente tivesse combinado essa entrada,
794 não tinha dado certo. Bom dia a todas as pessoas presentes e a todas as pessoas que estão
795 acompanhando a reunião no formato online. A última vez que a gente esteve aqui no CONSEMA
796 conversando sobre o Plano de Adaptação e Resiliência Climática do Estado de São Paulo foi há
797 um ano atrás, em outubro de 2023, onde a gente estava finalizando a definição de diretrizes,
798 ajustando a metodologia e pensando no fluxo de trabalho para desenvolver o plano. Hoje a gente
799 retorna aqui mostrando o resultado desse processo, desse trabalho de um ano, e dando início a
800 uma nova etapa do processo de elaboração do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência
801 Climática, que é o início das oitivas e da consulta pública sobre esse material. Então, é a primeira
802 vez que a gente apresenta nesse nível de detalhe, fora da Secretaria. É super importante, se isso
803 acontecer no CONSEMA, pela relevância desse conselho na elaboração das políticas públicas
804 ambientais. E essas informações que a gente vai trazer aqui para vocês também vão subsidiar o
805 material que vai estar disponível no site para consulta pública nos próximos dias. Para
806 contextualizar, onde o PEARC se encaixa em tudo isso? A gente tem trabalhado com o que a
807 gente está chamando de Estratégia Climática do Estado de São Paulo, que ela tem o objetivo da
808 gente reunir projetos, programas e ações, legislações que, organizadas, de forma coordenada e
809 integrada, a gente tem um estado mais resiliente, adaptado aos efeitos das mudanças climáticas,
810 com equidade, e a descarbonização da economia. Para isso, a Estratégia Climática trabalha nas
811 duas frentes das mudanças climáticas: a mitigação, que a gente está falando da redução dos gases
812 de efeito estufa; e a adaptação, que a gente tá falando como a gente se prepara e minimiza os
813 efeitos das mudanças climáticas. Então, ela tem base lá na Política Estadual de Mudanças
814 Climáticas, e a gente pensou em dois planos estruturantes para esses dois eixos, que vão organizar
815 as ações já existentes, propor novas ações para que elas, juntas, consigam caminhar para esse
816 objetivo da estratégia climática. Então, para a mitigação, a gente lançou, no final de 2022, o PAC
817 2050, com seus cinco eixos lá, mais emissores, com as metas, e agora a gente está finalizando
818 essa etapa do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática. Vinculados a essa estratégia
819 a gente tem as governanças, o Comitê Gestor da PEMC, que é intersecretarial; o Conselho
820 Estadual de Mudanças Climáticas, que está finalizando a sua estruturação agora; o CONSEMA;
821 o Conselho Estadual de Política Energética; o Conselho de Recursos Hídricos, entre outros.
822 Como que a gente chegou nesse trabalho? Qual foi o fluxo do PEARC nesses últimos anos? Esse
823 modelo que a gente está trabalhando, ele remonta lá de 2021, quando São Paulo aderiu às
824 campanhas da ONU do *Race to Zero*, a campanha para zerar as emissões, e o *Race to Resilience*,
825 que é a campanha para a gente melhorar as nossas estratégias de resiliência. A partir disso, a
826 gente começou a ter um apoio da GIZ, que agradeço também todo o apoio da GIZ aqui, a pensar
827 em metodologias de como a gente elaborava esse plano, e aí a gente começou a definir lá em

828 2022 a utilização das cadeias de impacto, que também é uma metodologia usada pelo governo
829 federal para fazer o Plano Nacional e também mundialmente aceita e adotada para esse tipo de
830 plano. A gente fez um primeiro material a partir de cinco eixos temáticos, e com grupos de
831 trabalho aqui, internos da Secretaria. Em 2023, a gente revisitou esse material olhando pontos
832 que a gente podia melhorar, fazer alguns ajustes nos focos do que seriam esses eixos, na atuação
833 desses eixos. E aí, já com a outra consultoria da GIZ, que também é o nosso atual consultor, o
834 professor Pedro Torres, a gente começou a moldar esses subsídios, essas diretrizes, ajustar esses
835 focos do plano e também definir o Zoneamento Ecológico Econômico como a principal base de
836 informações para a gente trabalhar, com seus produtos de diagnóstico, cenários, projeções
837 climáticas e diretrizes do estratégicas. O passo seguinte foi a gente fazer esse ano, em abril desse
838 ano a gente elaborou, realizou um seminário de justiça climática, para a gente escutar da
839 sociedade e pensar como a gente traria essa lente climática para o processo de elaboração e
840 implementação do plano. Esse seminário foi muito frutífero, a gente conseguiu internalizar
841 muitas coisas ao longo das etapas que a gente trabalhou depois. Ele ajudou a gente, a definição
842 dos subsídios, lá em 2023, e esse seminário de justiça climática, ajudou a gente a visitar aquele
843 material de 2022, atualizar eles, principalmente olhando para a lente da justiça climática e da
844 infraestrutura. A partir então desse levantamento, dessa atualização das cadeias de impacto, a
845 gente partiu para a proposição de ações e subações para serem implementadas num período de 0
846 a 3 anos. A gente está nessa etapa, então, finalizando a validação com o Comitê Gestor, incluindo
847 outras secretarias, e a gente tem uma reunião amanhã para fazer esse fechamento desse material
848 que vai ser colocado para consulta pública, e a partir de novembro essa consulta pública vai ser
849 realizada para a gente poder ter uma versão do plano em 2025 e já iniciar esse primeiro ciclo de
850 implementação. Como que a gente tem pensado o PEARC? A gente tem chamado ele de plano
851 incremental, um plano cebola, que a gente vai trabalhando ele em camadas, a gente vai
852 aprimorando, então a gente propõe, implementa, avalia, reavalia e redesenha ele trabalhando
853 essas camadinhas, esses ciclos de implementação. Então a ideia é, a gente fez uma primeira
854 proposta para esse primeiro ciclo, mas a ideia é que a gente vá ampliando. Após o início da
855 implementação, começar a olhar se são esses mesmos eixos, se são esses mesmos os focos, se
856 são essas ações mesmo ou se a gente precisa de novas ações e como a gente aprimora a questão
857 da comunicação e da participação social também ao longo dos diversos ciclos do PEARC. Para
858 esse primeiro ciclo, a gente fechou em cinco eixos temáticos, um eixo transversal e um eixo
859 estruturante, e alguns critérios que balizaram todos os trabalhos desenvolvidos, principalmente
860 na seleção das ações e subações, para esse primeiro ciclo de implementação de 0 a 3 anos, então
861 elas vão ser concluídas em 0 a 3 anos, mas elas podem ser iniciadas de 0 a 3 anos. Então a gente
862 focou muito na atuação estadual, e aí a gente tem um recorte detalhado para as políticas
863 ambientais, porque esse plano nasce na SEMIL, na Subsecretaria de Meio Ambiente, mas a ideia
864 é que ele amplie, ele não é só políticas ambientais. As ações que já estão em curso ou já
865 planejadas, então da onde a gente está partindo? A gente não está partindo do zero, então a gente
866 reconhecer o nosso V Zero, as ações que já estão em curso. A gente, então, identificar ações que
867 promovessem a justiça climática e que promovessem infraestruturas mais resilientes e menos
868 impactantes, e ações sinérgicas, que a gente atacando ela a gente conseguiria ter reflexo em
869 diversos impactos e problemas identificados. Aqui é a carinha que a gente tem, essas diretrizes,
870 os cinco eixos temáticos e os eixos transversais e estruturantes. Então a gente está trabalhando
871 com a zona costeira, aqui, não é um tema, é uma região, mas é uma região super específica e
872 especial quando a gente fala dos efeitos das mudanças climáticas. Então a gente está olhando
873 para os impactos na zona costeira e no oceano, olhando principalmente para os eventos extremos

874 relacionados às variáveis geológicas e hidro meteorológicas e oceanográficas. A segurança
875 hídrica, então, olhando as ameaças com relação à disponibilidade hídrica, tanto em quantidade
876 quanto em qualidade, para os diversos usos. Na segurança nutricional e alimentar, a gente avaliar
877 os impactos sobre a produção dos alimentos e a qualidade desses alimentos. Então a gente está
878 falando de agricultura familiar e a capacidade do cidadão de acessar esses alimentos. Na saúde
879 única, os impactos na saúde animal, humana e ambiental, principalmente nas áreas periurbanas,
880 que são as áreas de maior pressão. E o último eixo temático, que é a biodiversidade, a gente olhar
881 para as ameaças climáticas, no comprometimento de processos, funções dos serviços
882 ecossistêmicos e da conservação das espécies. Transversalmente a todos esses eixos temáticos, a
883 gente tem o eixo transversal da justiça climática, que aí a gente definiu essas primeiras dimensões
884 da justiça climática a serem trabalhadas, que seriam raça, gênero, idade, renda e grupos étnicos.
885 Aqui é importante a gente ressaltar que as pessoas vão sentir os efeitos das mudanças climáticas
886 de formas e intensidades diferentes, por isso aqui é legal a gente pensar em fazer uma política
887 pública diferente, que não reproduzam essas desigualdades já existentes. E a infraestrutura, que
888 é um eixo também estruturante, que passa por todos esses eixos temáticos para a gente entender
889 a relação da existência ou da ausência da infraestrutura nesse cenário de mudanças climáticas.
890 Então a gente começou olhando para as infra-estruturas que estão dentro das SEMIL, então
891 logística, energia e saneamento, e foi expandindo a partir das discussões do evento de justiça
892 climática para a saúde e habitação também. Aqui, então, a gente identificou os impactos
893 decorrentes das ameaças climáticas mais prementes em cada um desses eixos, como que a gente
894 fez isso? A gente se dividiu em cinco grupos de trabalho, um para cada eixo temático, com a
895 tarefa de elaborar e atualizar as cadeias de impacto, priorizar os problemas identificados e fazer
896 um levantamento de ações e subações por eixo temático. Esse trabalho, até o momento, envolveu
897 mais de 80 técnicos. Só no ano de 2024, a gente fez 20 reuniões para trabalhar essas três frentes
898 de atuação. A gente começou mais centralizado na SEMIL e, conforme as discussões foram
899 evoluindo, a gente foi trazendo outras secretarias para esse debate, como por exemplo, a
900 Secretaria de Agricultura, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Desenvolvimento Social e a
901 Secretaria de Desenvolvimento, do Trani, de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Qual foi a
902 lógica de trabalho dentro desses grupos temáticos? Como a gente chegou nessas propostas de
903 ações? Então, lá na cadeia de impacto, a gente identificou as principais ameaças por eixos, e aqui
904 a gente trouxe um exemplo da zona costeira. Então, por exemplo, o aumento da temperatura do
905 ar. Qual é o impacto que esse aumento da temperatura do ar causa para a gente? Então, a gente
906 elencou os principais impactos dessa ameaça climática. Então um deles, por exemplo, aqui, a
907 mudança no padrão das chuvas, da precipitação. Esses impactos, eles me causam alguns
908 problemas, então, a gente também elencou quais problemas vinham desses impactos
909 identificados. Um exemplo deles é a degradação e a perda de ecossistemas costeiros, marinhos,
910 incluindo fragmentação, migração vertical, impactos na biodiversidade. Para esses problemas
911 que foram elencados e priorizados, a gente então começou a levantar possíveis ações para a gente
912 resolver esse problema. Então, aqui o exemplo que a gente trouxe é a recuperação e conservação
913 de ecossistemas costeiros de manguezais, áreas úmidas, restingas, dunas, praias e APPs. E a gente
914 detalhou como a gente imagina que essas ações tentam ser implementadas, então, as sub ações,
915 ou elas são etapas de uma mesma implementação ou elas são projetos paralelos para a gente
916 implementar essa ação proposta. E aqui um exemplo de sub ação seria a identificação de áreas
917 prioritárias para recuperação em conservação, e execução de projetos de restauração. Então, a
918 gente foi fazendo essa escadinha para todos os eixos e para todas ações. Aqui também é legal
919 destacar que para cada sub ação, a ideia é que ela se transforme em um ou mais projetos para

920 que, a partir dessa definição dos projetos, a gente selecionar os indicadores, especializar onde
921 esses projetos vão iniciar e detalhar, fazer esses detalhes com recursos responsáveis, parceiros e
922 então ainda vai ter mais um nível aqui depois que a gente passar por esse processo da consulta
923 pública. Nosso cardápio, nessa lógica a gente chegou para esse primeiro ciclo do PEARC, em 48
924 ações, então são 48 frentes de atuação que o plano se propõe a trabalhar, e 168 sub ações
925 elencadas, então, detalhando essas 48 ações. Elas estão divididas aqui, então, nos eixos temáticos,
926 mais um bloco para infraestrutura e um bloco geral para o PEARC. Então, são seis ações gerais,
927 nove para infraestrutura, cinco para biodiversidade, dez para a segurança hídrica, cinco para a
928 segurança alimentar e nutricional, cinco para a saúde única e oito prazo na costeira. Aqui eu faço
929 um parêntese também, que a gente sabe que 168 ações são muitas ações. A gente ainda está nessa
930 etapa da gente indicar desse cardápio o que a gente tem recursos e fôlego para fazer nesse
931 primeiro ciclo. Então, ainda vai ter um processo de indicação dentro dessas 178 sub ações, quais
932 vão ser iniciadas primeiro. E aqui agora, a ideia é a gente passar com vocês para vocês terem
933 conhecimento dessas 48 ações que vão ser trabalhadas aqui no PEARC. Então, de ações gerais,
934 a gente tem: 1. Aprimorar o planejamento e a implementação de políticas públicas. Então, a gente
935 inserir essa lente climática em todas as políticas públicas desenvolvidas. 2. Fortalecer os
936 programas de monitoramento e alerta precoce de eventos extremos, o mapeamento de áreas
937 críticas, planos de contingência e emergência. 3. Ampliar a percepção da população quanto a
938 importância dos eixos do PEARC e os impactos das mudanças climáticas. E aqui a gente está
939 falando de educação ambiental, de comunicação de massa. 4. Promover a justiça climática. Então
940 a gente pensar em indicadores, como a gente monitora, como a gente incorpora mesmo essa lente
941 nos trabalhos. 5. Aprimorar o processo de Licenciamento Ambiental no estado de São Paulo,
942 incorporando a adaptação e resiliência climática. 6. Estabelecer o Programa de Monitoramento e
943 Avaliação do PEARC, justamente para subsidiar esse trabalho de ciclos, então a gente avaliar o
944 que foi feito no primeiro ciclo para pensar como a gente melhora no segundo. Com relação ao
945 eixo da infraestrutura, então a gente está propondo, 1. Elaborar uma política estadual de
946 segurança de infraestruturas críticas relacionadas à adaptação e resiliência climática,
947 incorporando os princípios da justiça climática. Aqui a gente traz uma experiência do governo
948 federal para o nível estadual, e quando a gente está falando de infraestruturas críticas, a gente
949 está falando de instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição total ou
950 parcial provoca sério impacto social, ambiental, econômico e político internacional, ou a
951 segurança do estado e da sociedade. Então, esse é o conceito que a gente está trabalhando, que é
952 o conceito que está no decreto federal. 2. Construir um inventário das infraestruturas críticas
953 paulistas. 3. Desenvolver uma plataforma para o acompanhamento e monitoramento dessas
954 infraestruturas críticas. 4. Implementar um gabinete de gestão permanente para a segurança das
955 infraestruturas críticas paulistas. 5. Aprimorar o planejamento e a implementação de
956 infraestruturas críticas. Seguindo aqui, também foi pensado 6. Estabelecer e implementar
957 medidas de adaptação aos eventos climáticos extremos em obras de infraestrutura. 7. Fortalecer
958 o monitoramento da segurança de barragens e sistemas de alerta, detecção precoce e resposta
959 rápida. 8. Implantar o Plano Estratégico de Adaptação ou realocação das infraestruturas de
960 estoques de alimentos frente aos eventos climáticos extremos, então a gente fez o link também
961 com a segurança alimentar aqui. 9. E estabelecer uma política de inclusão habitacional para
962 populações vulnerabilizadas ou residentes em áreas de risco. No eixo da biodiversidade, a gente
963 elencou essas cinco ações, então: 1. Fortalecer a capacidade de prevenção, monitoramento,
964 controle e combate aos incêndios florestais. Então a gente melhorar, reforçar, fortalecer o
965 programa, por exemplo, São Paulo Sem Fogo. 2. Fortalecer sistemas de atendimento e cuidados

966 com a fauna silvestre, doméstica e de produção atingida por eventos extremos. Então, não só
967 pelos incêndios, mas também por eventos de alagamento ou de secas. 3. Fortalecer e otimizar a
968 conservação, restauração da biodiversidade e a integridade dos ecossistemas. Então, fortalecer
969 os programas como Refloresta, o Agro Legal, programas de restauração (...) E 5. Ampliar a
970 percepção da população quanto a importância da biodiversidade em sua vida, os impactos das
971 mudanças climáticas e os riscos decorrentes da sua redução. Aqui a gente faz um detalhamento
972 daquela ação de educação ambiental aqui voltada para a biodiversidade. No eixo de segurança
973 alimentar e nutricional, as ações que estão sendo propostas são: 1. Fortalecer e ampliar assistência
974 técnica e a extensão rural com foco em agroecologia, agricultura familiar e aquicultura. 2.
975 Ampliar programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar e a sua distribuição
976 a grupos vulnerabilizados. 3. Fomentar a permanência, a sucessão no campo das famílias rurais.
977 4. Implementar programa de distribuição de alimentos para regiões e populações com pouco
978 acesso a alimentos in natura ou minimamente processados. Aqui a gente está falando também da
979 segurança nutricional. E 5. Estabelecer estratégias para garantia de produção, armazenamento e
980 distribuição e acesso aos alimentos em cenários de eventos climáticos extremos. Do eixo aqui de
981 saúde única, então a gente tem: 1. Aprimorar a governança estadual, facilitando e otimizando a
982 comunicação e colaboração entre as secretarias afetas à saúde única, então a gente está falando
983 de SEMIL, Saúde, Desenvolvimento Urbano e Habitação, entre outras. 2. Ampliar a cobertura e
984 aprimorar a capacitação para o atendimento do tema saúde única, incluindo animais silvestres,
985 domésticos e de produção. 3. Ampliar a racionalidade e a eficiência na distribuição de água em
986 quantidade e qualidade para o consumo humano. 3. Criar ou aprimorar planos de contingência
987 para atendimento da fauna e de seres humanos, contemplando apoio financeiro a comunidades
988 vulnerabilizadas, incluindo povos indígenas e comunidades e populações tradicionais. 4. Ampliar
989 e aprimorar a rede de diagnóstico e vigilância, permitindo a correlação e acesso simplificado às
990 informações. Então a gente melhorar a questão dos diagnósticos e da rede laboratorial. E 5.
991 Implementar medidas que aprimorem o planejamento do uso e ocupação do solo. Para a Zona
992 Costeira, aqui a gente tem, então, essa aqui é a ação daquele exemplo, então, 1. Recuperar e
993 conservar ecossistemas costeiros de manguezais, áreas úmidas, restingas, dunas, praias, e APPS.
994 2. Aprimorar estratégias de gestão de risco e gerenciamento de desastres. A gente tem uma ação
995 geral, mas aqui a gente também tem uma ação focada na Zona Costeira. 3. Consolidar e aplicar
996 metodologias de identificação, quantificação e qualificação das necessidades habitacionais e sua
997 distribuição no território. 4. Estabelecer a política de inclusão habitacional para populações
998 vulnerabilizadas e residentes em áreas de riscos nas Zonas Costeiras, aqui a gente também tem
999 uma ação geral pensando no estado como um todo, mas também tem um olhar específico para a
1000 Zona Costeira. 5. Contemplar no planejamento urbano medidas preventivas e corretivas para
1001 adaptação das cidades costeiras aos eventos climáticos extremos. 6. Aprimorar a gestão de
1002 infraestruturas públicas para o atendimento da demanda e da sazonalidade turística. 7. Aprimorar
1003 o planejamento e a implementação de infraestruturas estratégicas para a Zona Costeira, a gente
1004 também tem uma ação parecida lá no geral para as infraestruturas, mas aqui também a gente faz
1005 um olhar específico para a Zona Costeira. 8. Implantar a adaptação das infraestruturas de
1006 mobilidade, que também é uma questão bem relevante para o litoral paulista. Com relação à
1007 segurança hídrica, que a gente falou bastante aqui também no começo da reunião, estão sendo
1008 propostas ações, então: 1. De promover a implementação de infraestruturas verdes e azuis nas
1009 áreas urbanas. 2. Aprimorar e padronizar a implementação de instrumentos de planejamento e
1010 gestão de recursos hídricos. 3. Elaborar protocolos emergenciais para o enfrentamento dos
1011 eventos climáticos extremos e para a disseminação da informação, a gente trabalhar a

1012 comunicação desses eventos. 4. Aprimorar a implementação das leis de uso, conservação,
1013 preservação do solo agrícola e dos sistemas de conservação do solo e água no estado de São
1014 Paulo. 5. Incentivar o uso eficiente da água em áreas urbanas e periurbanas e rurais. 6. Promover
1015 a preservação das nascentes, cursos d'água e mananciais. 7. Viabilizar recursos para a reservação
1016 local e regional. 8. Melhorar a eficiência das Estações de Tratamento de Esgoto. 9. Ampliar as
1017 redes de monitoramento de águas subterrâneas do estado de São Paulo. 10. Fomentar a execução
1018 das obras e serviços previstos nos planos de saneamento básico municipais e estaduais. Esse era
1019 o nosso grande cardápio de ações. Quais são as próximas etapas? Esse material vai ser colocado,
1020 tanto as ações quanto as subações vão ser colocadas para consulta pública no período de 9 de
1021 novembro a 10 de dezembro. A gente está planejando fazer várias reuniões para divulgação desta
1022 consulta pública. O formato dele é o documento e um formulário para contribuições online que
1023 vai ficar no site. Esse questionário da consulta pública, ele vai prever uma coleta de perfil de
1024 participantes para a gente conseguir mapear quem a gente está alcançando, pensando naqueles
1025 indicadores de justiça climática que a gente pretende levantar nas ações. As contribuições, elas
1026 vão poder ser feitas sobre as ações e subações propostas, então são abertas ajuste de redação
1027 dessas ações e subações. A possibilidade de inclusão de novas ações e subações, ou até mesmo
1028 a sugestão de exclusão de alguma ação que está sendo proposta. Além disso, o questionário vai
1029 prever que as pessoas possam sinalizar a necessidade da execução imediata de algumas daquelas
1030 subações, então, as pessoas vão poder sugerir quais ações elas acham que teriam que ser iniciadas
1031 neste primeiro ciclo de implementação do PEARC. A gente está centralizando a consulta pública
1032 no site para a gente poder uniformizar o canal de comunicação e recepcionar essas contribuições
1033 para facilitar a sistematização e a prestação de contas com relação a esse processo. Paralelamente
1034 a isso, e já finalizando, Anselmo, a gente tem trabalhado com as estratégias de comunicação e
1035 participação social. A gente, nessa primeira etapa de fazer esse levantamento das ações, a gente
1036 não conseguiu fazer a participação social da forma como a gente gostaria, entende que seria
1037 importante, mas é para isso que a gente começou a desenhar essa estratégia de comunicação em
1038 participação, para que lá a gente possa orientar todo esse processo de mobilização e participação
1039 social de forma contínua ao longo do processo de elaboração e de implementação do PEARC,
1040 para a gente trabalhar, então, com a melhoria da compreensão dos impactos das mudanças
1041 climáticas, com a valorização de iniciativas positivas, desenvolvidas e o engajamento de grupos
1042 e territórios vulneráveis. Para isso, a gente levantou cinco princípios para essa estratégia de
1043 comunicação. Então, é participação contínua interna no estado, e externa. A mobilização de
1044 grupos e territórios vulnerabilizados, a garantia de pluralidade, a valorização e reconhecimento
1045 dos saberes e conhecimentos locais e tradicionais e a produção e divulgação de conteúdo. Essa
1046 estratégia tem duas frentes de atuação, a primeira é a de comunicação. Então, a gente está
1047 finalizando o desenvolvimento de um site exclusivo do PEARC para ser nosso canal permanente
1048 de comunicação. Trabalhar com as redes sociais, com os veículos de comunicação para divulgar
1049 o plano e divulgar o processo de consulta pública, e como o cidadão pode participar. E também,
1050 a outra frente, que é a de mobilização e participação social, que ela também se subdivide em duas
1051 frentes. A primeira delas, que é essa que a gente iniciou hoje, que é de articulação e difusão do
1052 plano e do seu processo de consulta pública. Então a gente está identificando fóruns relevantes
1053 para a gente trazer e usar eles como facilitadores desse processo de divulgação. A metodologia
1054 que a gente está apresentando para esses espaços é essa que a gente está fazendo aqui no
1055 CONSEMA de apresentação do que é o plano, de como é a consulta pública, quais são os
1056 materiais disponíveis, como que vai ser o formato da consulta, como vão ser as devolutivas e o
1057 esclarecimento de dúvidas. E a outra frente, que é a frente que o Jonatas já adiantou ali, que a

1058 gente está trabalhando, então, com a mobilização para viabilizar a ampliação das possibilidades
1059 de contribuição, é a gente identificar pilotos de mobilização de grupos e comunidades e territórios
1060 vulnerabilizados com maior exposição aos impactos das mudanças climáticas para a gente fazer
1061 esse trabalho de campo, que também foi uma demanda do evento de justiça climática, a gente ia
1062 a campo conversar com essas pessoas, entender como elas percebem as mudanças climáticas no
1063 seu dia a dia, se elas percebem que tem alguma ação que está sendo feita que está dando resultado
1064 ou se não tem alguma ação que está sendo feita e precisaria ser feita para gente ir alimentando
1065 esse processo do primeiro ciclo de implementação e participação do PEARC. Então a gente está
1066 mapeando, foi bem lembrado aqui, a gente está saindo de um período eleitoral, então a gente
1067 priorizou fazer essas primeiras articulações, também durante esse período de consulta pública,
1068 então, além da gente estar indo nesses fóruns, a gente vai estar indo nessas comunidades, mas
1069 usando parceiros estaduais, então, como Itesp, a própria Fundação Florestal, por conta desse
1070 primeiro contexto que a gente estava inserido de eleições. Então tudo isso vai acontecer de forma
1071 paralela nesse período. E aí, eu finalizo mostrando os nossos prazos e algumas reuniões já
1072 agendadas. Então, a primeira aqui começa hoje no CONSEMA, amanhã a gente tem a reunião
1073 do comitê gestor, fazendo essa apresentação e trazendo essa validação das outras secretarias,
1074 então envolvendo Desenvolvimento Econômico, a Defesa Civil e outras secretarias que já não
1075 estavam participando do processo lá das cadeias de impacto. No dia 31, a gente vai fazer uma
1076 primeira rodada com grupos setoriais do Gerco da Baixada Santista. No dia 4, a gente faz a
1077 reunião do Gerco do Litoral Norte. No dia 12, a gente está organizando um webinar com a
1078 FAPESP, que a gente teve uma participação bem interessante do Biota Síntese, trazendo
1079 subsídios para a gente desenhar essas ações e essas subações para alguns dos temas, e a gente
1080 está prevendo outros espaços que a gente não colocou ainda, porque a gente está ainda
1081 negociando data, acomode, os formatos, mas a gente quer fazer um movimento junto com os
1082 municípios, pensando na importância da gestão multinível para esse tema e também esse
1083 calendário com as comunidades tradicionais e vulnerabilizadas. Então, a gente inicia dia 4,
1084 termina dia 20 de dezembro, e depois a gente vai ter um período de sistematização do material
1085 de consulta pública para, no ano que vem, a gente dar a devolutiva e apresentar a versão final do
1086 PEARC. Esse é meu último slide, e antes de terminar, eu esqueci de agradecer no momento que
1087 eu tinha me sinalizado, que era agradecer a todas as pessoas que participaram desse processo lá,
1088 dos grupos de trabalho. Agora, nessas etapas de validação e articulação com as outras secretarias.
1089 Agradecer todo o apoio da GIZ e dos consultores, que tem acompanhado a gente nesse processo,
1090 e agradecer a equipe da CPLA. A CPLA tem trabalhado como Secretaria Executiva desse
1091 processo, coordenando todo esse trabalho, e a equipe da CPLA que tem feito, organizando todas
1092 essas conversas e esse material. Então a gente está super à disposição para fazer esse debate com
1093 vocês e convido todos e todas para contribuírem lá no site nesses materiais, nesse período que a
1094 gente está aberto para conversar e outros momentos. Obrigada.

1095

1096 **02:01:05 Anselmo Guimarães:** Obrigada. Essa foi a Marina Balestero, que nos apresentou aqui
1097 em primeira mão. Eu acho que é o momento de abrir para a sociedade, para essa consulta. Eu
1098 acho que é o primeiro momento aqui de diálogo com a sociedade. Está aberto aqui o processo de
1099 consulta pública. Vamos abrir agora, também, para os conselheiros fazerem uso da palavra.
1100 Vamos já anotar aqui quem gostaria de fazer essa primeira rodada. Temos ali o conselheiro
1101 Leduc, o conselheiro Prioste, conselheiro Victorino, o Trani, Perinotto Daniel, Diego, Jorge
1102 Rocco, Beloyanis, o Resende e também a Gilda. Perfeito. Posso pedir uma gentileza da gente

1103 tentar fazer uma rodada de debates? Todo mundo fala, vai para os comentários da mesa. Ok,
1104 perfeito, obrigado. Então, primeiro conselheiro, Eduardo Leduc, por favor.

1105

1106 **02:02:27 Eduardo Leduc:** Bom dia a todos. Parabéns pela apresentação. Acho que a gente está,
1107 como sociedade civil, ansioso para ver esse programa sendo implementado. A minha sugestão
1108 aqui é que as coisas se conversem mais com outros programas, e vai até de encontro com o que
1109 o coronel Navarro apresentou, aqui também Fernando Prioste, incluir nesse programa o tema da
1110 legislação mais severa contra as infrações ambientais. Uma vez que, se não, a gente fica muito
1111 aí, vamos ver o problema das ocupações, dessas pessoas vulneráveis e tudo mais, e a gente
1112 poderia ser mais forte nesse programa, e evitar que novas aconteçam, novas ocupações de áreas
1113 de risco aconteçam, através da legislação mais forte, que os processos andem mais rápido, que
1114 as multas sejam realmente aplicadas e não fiquem paradas no processo, e que as pessoas tenham
1115 realmente, a punição seja maior para qualquer problema que vai afetar aqui, depois, a residência
1116 da cidade. Ocupações de áreas que inundam, ocupações de áreas de mananciais, por exemplo. E
1117 eu não vi essa questão mais forte que é muito no resolver o problema, mas eu acho que aí tem
1118 uma ação muito forte de evitar que novas aconteçam, para incluir. E já tem uma à frente, pelo
1119 que eu entendi, caminhando nisso, de até de um projeto de lei com relação às penalidades.
1120 Segundo ponto, na parte de recursos hídricos, que eu acho que é fundamental para a resiliência
1121 climática das cidades, porque envolve não só inundações, mas falta d'água, a parte que os
1122 municípios não têm, pelo menos os que eu fui atrás e verifiquei, não tem nem sequer um
1123 mapeamento dos seus riachos, o mapeamento das suas matas ciliares e o mapeamento das suas
1124 nascentes, as captações de águas formais e informais. Então, o mapeamento claro disso, para que
1125 você possa preservar esse entorno e garantir essa água que seja potável, limpa e garantir essas
1126 matas ciliares, os municípios não tem isso daí. Então, como sugestão, de incluir claramente para
1127 o plano de resiliência que a gente tenha isso mapeado dentro de cada município para você poder
1128 ter ações aí, se não, essas nascentes são degradadas, são aterradas, os riachos vão acabar causando
1129 inundações e outras partes e vocês sabem as consequências. A terceira coisa, só tem quatro, é
1130 incluir nessa política, claramente, o que a gente lutou muito na normatização com relação ao
1131 Licenciamento Ambiental, que foi uma luta grande da sociedade civil, que depois a secretária
1132 Natália acabou interferindo e incluindo, é que os mapas de risco de todas essas áreas de
1133 ocupações, façam parte e sejam respeitados nos Planos Diretores das cidades. Isso já existe a
1134 norma, e tem que se conversar com esse documento, porque se nos Planos Diretores os
1135 municípios não respeitarem todo esse trabalho que está sendo feito aqui, vão continuar causando
1136 problema. Então seria fazer uma relação mais forte com os Planos Diretores, com esse trabalho
1137 das cidades resilientes, porque a base está ali. O Plano Diretor e a ocupação do uso de solo, se
1138 ele não respeitar esse trabalho que está sendo feito aqui, e o estado tem como fazer com que
1139 respeitem ou até obrigá-los que respeitem o trabalho que está sendo feito. E por último, incluir o
1140 papel dos conselhos estaduais de meio ambiente, que devem participar ativamente. O conselho
1141 municipal deve ser representativo da sociedade, a gente sabe que grande parte não são, mas que
1142 esses conselhos tivessem na sua agenda essa ação, para não ser um outro programa que vem, e
1143 que lá na frente as coisas não se conversem. Obrigado

1144

1145 **02:06:29 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Eduardo Leduc. E agora, o
1146 conselheiro Fernando Prioste.

1147

1148 **02:06:34 Fernando Prioste:** Bom dia de novo. Primeiro, parabenizar pela apresentação,
1149 sobretudo pelo trabalho. É um grande trabalho organizar um plano dessa monta, é um trabalho
1150 significativo e muito mais difícil de implementar, principalmente quando são ações intersetoriais,
1151 a complexidade está na implementação, assim, maior. E o impacto é muito grande, dessas ações,
1152 se elas efetivadas. E como a mudança e a resiliência são empurradas de para um canto ou para o
1153 outro, porque eu vejo, por exemplo, assim, lá nas comunidades tradicionais quilombolas, que
1154 basicamente trabalha agricultura orgânica, o impacto da mudança climática é brutal no modo de
1155 fazer agricultura daquelas pessoas, porque mudanças de temperatura, mudança de regime de
1156 chuva e as mudanças climáticas em geral impactam de forma muito dura quem não trabalha, por
1157 exemplo, com agrotóxico, insumos e tal, então é muito importante para que a gente não empurre
1158 nessa resiliência para um caminho que não é o caminho, por exemplo, desse tipo de agricultura,
1159 sim. E aí, acho que uma questão fundamental da gente discutir aqui, que eu acho que está na
1160 subação ali, prioritária de conservação, que depois vou fazer sugestão mais específica, está
1161 relacionado também a competência Secretaria de Agricultura no CAR, porque se ele precisa
1162 indicar as prioritárias para conservação, isso tem muita relação com o Cadastro Ambiental Rural,
1163 e hoje a gente tem 439 mil imóveis inscritos no Cadastro, 19% validados, nesses quatro anos,
1164 acho, que é de competência da Secretaria de Agricultura de lidar com o CAR, e apenas 204
1165 compromissos de recuperação de área degradada. Então, veja, nós temos 430 mil imóveis no
1166 estado, apenas 204 Termos de Compromisso firmados, e uma correlação muito baixa,
1167 principalmente competências da SEMIL, sobre a indicação da reserva legal nos imóveis,
1168 principalmente naqueles municípios que o inventário florestal identifica que tem baixo percentual
1169 de vegetação nativa, às vezes abaixo de 3%, principalmente pela normativa que trata da
1170 compensação de reserva legal no mesmo bioma, às vezes em outro estado. Pouco adianta para
1171 nós aqui, mas para o sistema, para a ecologia como um todo, compensar uma área de cerrado
1172 aqui no cerrado paulista, que também é uma vegetação muito baixa, lá no Goiás, lá em cima,
1173 entende? O impacto é muito pouco para prever, para inclusive mitigar os efeitos da mudança
1174 climática dos impactos na região, acho que é algo para ser olhado com muita atenção. E por
1175 último, essa questão também das infrações ambientais, pegando aquele princípio do poluidor
1176 pagador, que também está lá na PEARC, é na linha do que a gente estava conversando, secretário,
1177 a maioria das questões que eu observei lá no Vale do Ribeira nem são relacionadas a mudanças
1178 da alteração normativa, mas que eu gostaria muito de poder participar e debater essa questão, os
1179 principais desafios estão na ação administrativa dos servidores e servidoras de cumprir o que a
1180 normativa diz, para que o andamento do procedimento seja tanto célere como observando a
1181 normativa para que ele não seja cancelado lá na frente. Então, se a ação, ela precisa ter foco, e eu
1182 concordo, como disse o coronel Navarro, na recuperação da área degradada, mas ela não pode
1183 ter desatenção na infração e no cometimento na aplicação daquela responsabilidade, porque a
1184 sensação de impunidade é muito grande, não é? E, principalmente, eu acho do grande degradador,
1185 porque aquele quilombola que toma multa de 5 mil reais, ele não dorme por causa daquela multa
1186 de 5 mil reais, ele não sabe o que fazer com aquilo. O cara que tem uma multa de 3 milhões ou
1187 de 500 mil, como a que vai chegar aqui, ele nem vê isso daí, recorre, fica 10 anos da interposição
1188 do recurso ou julgamento desse recurso. É o tipo de situação que a gente não é órgão de
1189 fiscalização para saber o que aconteceu, por que demorou 10 anos? Mas acho que precisa ver. E
1190 o principal efeito na multa é a prescrição. Por mais que tenha sido alterado o artigo 40, lá do
1191 Decreto, vai prescrever, vai reconhecer a prescrição judicial no final das contas, então se tem
1192 uma ação administrativa muito grande, um gasto de recurso muito grande para anulação do auto
1193 de infração ambiental. Então, também olhar essa questão do poluidor pagador ali no PEARC e

1194 ver como isso pode ser também tratado aqui. Mas depois eu vou fazer também, na consulta
1195 pública, sugestões mais direcionadas.

1196

1197 **02:10:29 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro. Conselheiro Victorino, por favor.

1198

1199 **02:10:46 José Eduardo Victorino:** Olha, bem rapidinho. Parabéns, a Marina pela apresentação,
1200 foi muito legal, muito bom. Não sei se foi discutido, mas se não foi, as soluções baseadas na
1201 natureza, não sei se vocês discutiram sobre isso, a SBN, são soluções baseadas na natureza. Essa
1202 é uma mudança que a gente precisa fazer, a gente tem muito em mente as obras cinzas, que são
1203 importantes. A gente, como engenheiros, sempre fala que obras cinzas é que nós precisamos ter,
1204 né? Mas é importante que a gente pense nessas soluções baseadas na natureza e, com certeza,
1205 quando a gente pegar essa forma de como trabalhar com essas soluções, com certeza elas virão
1206 com resultado muito positivo. Então, se não foi pensado nisso, então fica aí a minha sugestão, tá
1207 bom? Muito obrigado.

1208

1209 **02:11:34 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Conselheiro Eduardo Trani.

1210

1211 **02:11:52 Eduardo Trani:** Bom dia, secretário Jonatas. E em seu nome, saudando todos os
1212 presentes. Acho que é um dia histórico esse, parabéns pelas iniciativas. Acho que nós estamos
1213 diante da discussão, talvez, de uma das políticas mais importantes, mais estruturais, que essa
1214 Secretaria tem feito e que o Brasil demanda. E para isso, eu vou tomar aqui dois, três minutos,
1215 falar rapidamente, para dar algumas sugestões. Obviamente, dizer que nós estamos participando
1216 ativamente à nova Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo, conduzida
1217 pelo secretário Marcelo, pelo Póllice, nós estamos muito engajados na pauta do PEARC,
1218 lembrando para todos que São Paulo é pioneiro nisso, porque São Paulo, na famosa COP de 2021,
1219 assina na frente de todos os estados brasileiros e de outros países o primeiro apelo ao *Race to*
1220 *Zero, Race to Resilience*. Havia toda a discussão das COPs, que a questão era mitigação, mas o
1221 mundo entendeu que a participação federativa dos estados nacionais, não só e obviamente, dos
1222 estados regionais e municipais, tinham grande apelo a trabalhar com a pauta de adaptação e
1223 resiliência. E ali, naquele momento, a Marina mostrou bem no histórico, São Paulo adere, mas
1224 não adere só no sentido de vamos fazer, agora estamos fazendo, então eu vi um grande avanço.
1225 Acho que o trabalho feito ano passado e esse demonstram que a metodologia é bastante
1226 importante, muito bem feita. Ela foi impulsionada por vários aportes, não só da GIZ, mas de
1227 outros fóruns de debate, e eu acho que nós estamos num caminho muito certo. E ela recepciona
1228 fortemente, eu acho até, depois da fala do Prioste, dos demais, um grande apelo à questão da
1229 justiça climática, e eu acho que foi um tema importantíssimo, porque não há como se falar desse
1230 tema sem essa importância. E eu aduzo aqui a esse debate, Jonatas, justamente que a metodologia
1231 está ótima. Marina, está ótimo 48, mas mais 168 coincidiu com os objetivos das ODSs, que
1232 também são os 168, eu acho que não há problema de nós termos muitos objetivos. Lembro da
1233 discussão do Plano de Resíduos Sólidos, que nós tínhamos um montão, depois a gente diminuiu,
1234 justamente para 40 e poucos. Eu acho que isso é estratégico. Metodologia é estratégico. Mas o
1235 passo fundamental, e aqui que eu queria trazer, talvez, algumas contribuições que o governo do
1236 estado está fazendo como um todo, é esse processo agora que vai ter de consulta, mas, sobretudo,
1237 da governança desse problema. Eu acho que a governança sobre o tema da resiliência climática
1238 vai, e aí eu vou pegar a fala do Leduc. O Leduc falou claramente, nós precisamos ter coisas
1239 concretas, nós temos que passar dos grandes objetivos, que acho que estão bem estruturados e

1240 vão melhorar muito com a consulta pública, aquilo que é o grande desafio, que é aterrissar no
1241 território, e o território, para discussão do PEARC, é o território dos municípios. Não há como
1242 não encararmos esse desafio, que é um desafio enorme. Na Secretaria e na SEMIL, certamente,
1243 o PMVA é uma porta de diálogo, mas ele sozinho não é suficiente. Aqui foi falado de várias
1244 organizações, uma recente, e eu gostaria aqui de dois minutos, desculpa me alongar um
1245 pouquinho, dizer que o governo do estado fez o ano passado a organização das regiões
1246 metropolitanas por conta dos Conselhos de Desenvolvimento Metropolitano, vocês ouviram o
1247 Rogério Menezes falando do caso de Campinas aqui. Inclusive, Campinas está querendo adiantar
1248 a discussão, justamente das conferências municipais, fazendo uma convocatória pelo conselho
1249 metropolitano. E nós rodamos, eu tive a oportunidade nesses dois anos de rodar o estado inteiro,
1250 regiões metropolitanas são nove, mais a região de Franca, englobam 255 municípios, 85% da
1251 população, ou seja, o tema do desenvolvimento urbano e das metrópoles é o tema da questão
1252 ambiental urbana, que têm um impacto enorme nas estratégias de resiliência e adaptação,
1253 ninguém tem dúvida disso, é o que está acontecendo de forma bem aí proeminente. E essa
1254 governança, o que foi feito? Nas 10 regiões que nós instalamos, os conselhos metropolitanos
1255 estão ativos, não estavam no passado, estão ativos, e a primeira demanda deles foi constituir as
1256 Câmaras Temáticas. Perinotto esteve comigo em várias. A Câmara Temática principal é a de
1257 gestão ambiental e saneamento. Estão todas montadas, tem representação nesses 255 municípios.
1258 Nós temos nome, tem uma organização, nós estamos fazendo essa gestão de governança. Ela é
1259 poderosa, se a gente quiser convidá-la para esse grande debate do PEARC. Então, fica aqui a
1260 primeira sugestão, Jonatas, Marina, obviamente, de a gente poder ver de comum acordo, porque
1261 como está sob a nossa, vamos dizer, organização institucional, que nós podemos convocar
1262 rapidamente esses, porque lá estão todos os secretários de meio ambiente, aliás, queria aqui, de
1263 novo, já falei isso no CONSEMA, das quatro Câmaras Temáticas, que é gestão ambiental, gestão
1264 territorial e uso do solo, planejamento integrado e temática de transporte, mobilidade e logística,
1265 essas quatro Câmaras são os conselhos metropolitanos, em todas elas têm essas quatro Câmaras,
1266 a mais ativa é de meio ambiente e elas fizeram reuniões mensais. As Câmaras Temáticas de Meio
1267 Ambiente das regiões metropolitanas tem um caderno, algumas delas já adiantados, com
1268 sugestões, com pautas que certamente irão animar as conferências municipais. Então ali nós
1269 temos um interlocutor, e a gente vê que o interlocutor é o cara que vai mudar. Continuo seguindo
1270 o Leduc, que primeiro precisamos ter instrumentos mais eficazes para o controle, e nós temos
1271 coisas para oferecer, por exemplo, a nova cartografia, que vai redundar em inúmeras informações
1272 agora sobre a questão hídrica de forma inovadora, e isso vai ser bem rápido, o Roney estava aqui,
1273 o Nalon está aqui, sabem disso. Nós temos um sistema de monitoramento de alerta, nós vamos
1274 ter novos instrumentos para tomadas de melhores decisões no município. A segunda forma que
1275 você falou são as normas, nós precisamos olhar as normas. Não tem como ficar resilientes se as
1276 cidades não tiverem normas mais ambientais, e nós estamos propondo agora para o ano que vem,
1277 a partir de janeiro, uma plataforma nova para os Planos Diretores de São Paulo. O estado vai
1278 fazer isso no nível metropolitano, dar essa plataforma nova, que inclui, aí já pego a fala do
1279 Victorino, por exemplo, fundamentalmente, o tema das soluções baseadas na natureza para
1280 cidades. Este é um programa que o governador deve lançar muito em breve, estou dando aqui
1281 um spoiler, e esse programa chama-se Bairros Paulistas, e nós estamos chamando de cidades
1282 sustentáveis. Esse programa visa mudar o critério de agir nas cidades com obras que são sempre
1283 cinzas e, ao contrário, para as obras verdes e que vocês já colocaram aqui nas medidas. Então,
1284 esses são pequenos exemplos, porque a concretude de um plano nos seus primeiros três anos vai
1285 ser a capacidade que a gente tenha de dar de obras, serviços e intervenções concretas. E aqui a

1286 agricultura, certamente, vai ter um papel enorme também, estou falando mais pela área do
1287 desenvolvimento urbano, mas eu acho que a gente está num bom caminho. E, desde já, Jonas,
1288 deixo aqui hoje registrado a oportunidade de vocês usarem, no processo de consulta, essa
1289 governança instalada nas regiões metropolitanas. Desculpa, Anselmo, de ter sido um pouquinho
1290 mais longo, mas é que é um tema que eu tenho maior carinho, trabalhei muitos anos com isso
1291 aqui, com todos, não vou citar aqui os colegas, mas queria lembrar da Jussara, na GIZ, enfim, os
1292 trabalhos de todos nós, Kitty, Nat, enfim, e dizer que eu acho que nós estamos num caminho
1293 muito promissor, e é uma pauta muito engajadora e, sobretudo, com essa visão da inclusão da
1294 justiça climática e da parcela do segmento da população que mais sofre com o impacto das
1295 mudanças climáticas. Obrigado.

1296

1297 **02:20:09 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Vou pedir para deixar com o conselheiro
1298 Alexandre Perinotto.

1299

1300 **02:20:16 Alexandre Perinotto:** Obrigado, parabéns pelo trabalho que resultou nessa
1301 apresentação, foi muito didática a apresentação também. Falar depois de tudo que o Trani falou,
1302 quase não resta mais nada, mas ficam assim algumas coisinhas só que eu anotei aqui e que eu
1303 acho importante. Foi mencionado ali o Conselho Estadual de Mudanças Climáticas, ele já está
1304 oficializado? Não ou sim?

1305

1306 **02:20:51 Anselmo Guimarães:** Eu posso até falar, que a gente participou da eleição das
1307 entidades da sociedade civil, que concluiu agora na segunda-feira, inclusive já parabenizar a
1308 Fernanda Carbonelli, está aqui com a gente, foi eleita também. Então, os próximos passos já é
1309 formalizar tudo isso, convocar as primeiras reuniões.

1310

1311 **02:21:08 Alexandre Perinotto:** Eu também queria reforçar essa questão das soluções baseadas
1312 na natureza, dar mais ênfase para isso. O PEARC tem que enfatizar mais essa questão das
1313 educação climática em todos os níveis. Isso já tem até uma norma que veio do governo federal
1314 para que as escolas fizessem isso e trabalhassem o tema da educação climática em todos... e
1315 educação, acho que é importante que trabalhar junto com a Secretaria de Educação do estado
1316 para que todos os níveis pudessem ter esses temas transversais ou não, mas constassem como
1317 disciplinas, né? E a questão da conversa que tem que ter entre o PEARC e as conferências que
1318 agora vão surgir, para que não sejam esforços duplicados, mas que isso pudesse conversar
1319 bastante. E essa questão da conferência estadual dos municípios, como o Trani falou, às vezes o
1320 município vai trabalhar numa questão que tem um regime, um limite administrativo do
1321 município, mas ele está dentro de uma mesma bacia hidrográfica, então um limite natural seria a
1322 bacia hidrográfica, todos compartilham da mesma água, não é? E falando então da água, eu vi ali
1323 no item da segurança hídrica, a questão da reservação. Então, a gente tem visto algumas propostas
1324 de reservação esdrúxulas e que leva em conta somente a relação de produção, quantidade de água
1325 produzida versus valor, aí outros valores são esquecidos. Então, acho que essa é uma questão que
1326 tem que ser levada muito em conta. E não adianta querer fazer reservação e aumentar a
1327 quantidade de água produzida se a perda continua tão alta ao nível de 56%, então me desculpe,
1328 arquitetura, o que for, mas tem que ser mexido nessa ferida. Não tem como, se não, não vai
1329 continuar. Quanto mais água a gente reservar e mais água a gente tratar, mais água a gente vai
1330 perder, né? Outra coisa que eu queria enfatizar aqui, Marina, o Nalon já até sabe o que eu vou
1331 falar. Fala em biodiversidade, mas não se toca na geodiversidade. Tem que ser enfatizado isso,

1332 porque uma não sobrevive sem a outra. Então, no PEARC tem que ter um destaque para isso,
1333 inclusive nos Planos Diretores, porque quando se expõem áreas ou se aumenta o distrito industrial
1334 de uma cidade, ou se aumenta um bairro, ou se você vai colocar o solo e para onde vai caminhar
1335 tudo isso? Então acho que tem que dar um pouco mais de ênfase para isso, porque, por exemplo,
1336 você falou geologia na região costeira, mas e nas outras regiões? Acho que tem que colocar isso,
1337 às vezes é até mais importante do que na região costeira. É que na região costeira aparece mais,
1338 mas ela é tão importante quanto. E a mesma coisa a questão do impacto do turismo, também só
1339 falou da região costeira. Eu acho que nós temos vários núcleos de turismo no estado de São Paulo
1340 que também merecem essa consideração. Eu acho que era isso, agradeço a oportunidade, mas
1341 novamente, quero parabenizar vocês que estão trabalhando com isso, muito necessário. Muito
1342 obrigado.

1343

1344 **02:24:30 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Gostaria de convidar aqui a conselheira Gilda
1345 Nunes a intercalar um pouco o presencial com a internet. Conselheira Gilda, a conselheira Gilda,
1346 que inclusive informou que vai ceder a palavra para Fernanda Carbonelli. Fernanda, ex-
1347 conselheira do CONSEMA e recém eleita conselheira do Conselho Estadual de Mudanças
1348 Climáticas, seja bem-vinda, por favor, a palavra é sua.

1349

1350 **02:25:00 Fernanda Carbonelli:** Bom dia. Muito obrigada, Anselmo. Queria agradecer o tempo
1351 disponibilizado pela Gilda, agradecer a sociedade civil, que se mobilizou de uma forma incrível
1352 para as eleições do Conselho Estadual de Mudanças Climáticas. Formamos uma grande coalizão
1353 com Roberto Resende, da Iniciativa Verde, com o Belô, da SOS, Instituto Arayara, Gaia Social,
1354 diversas entidades que se uniram para fazer um mandato coletivo, principalmente para contribuir
1355 com a visão prática que essas organizações têm das mudanças climáticas, ainda mais em
1356 comunidades de vulnerabilidade social. Eu queria trazer à tona, em março de 2023, nós
1357 apresentamos nesse conselho, logo após a tragédia que abalou ali São Sebastião, o projeto
1358 Restaura Litoral Norte, que, em parceria com a Fundação Florestal, com apoio do secretário, a
1359 quem, eu agradeço, e também com apoio da Cetesb, nós conseguimos fazer um grande projeto,
1360 Projeto Restaura Litoral Norte, que hoje chega a 90% da sua semente aérea, com uma
1361 tecnologia inovadora. O estado de São Paulo ainda não detém uma metodologia, uma legislação
1362 para essas novas tecnologias. Digo aí que nós fomos pioneiros, junto com a Cetesb também, de
1363 entender a complexidade disso, fazendo novas métricas para restauração ambiental e uma
1364 restauração ambiental que tem tido um sucesso enorme, graças a parceria com a Fundação
1365 Florestal, com o Diego, enfim, que analisa detalhadamente todos os nossos relatórios, e eu acho
1366 que, pela primeira vez no estado de São Paulo, um projeto que teve um aporte de um termo de
1367 recuperação ambiental da concessionária Tamoios, tem um braço social muito forte, e o que a
1368 gente aprendeu nesse último ano, secretário, num pós tragédia, trabalhando ali na linha de frente
1369 com a comunidade atingida, com as escolas, a gente teve uma escola ali, inclusive uma grande
1370 escola hoje, com o apoio do estado de São Paulo, com o governo do estado de São Paulo, uma
1371 escola que foi demolida ali na tragédia, as crianças ficaram sem aula e o braço social do projeto
1372 prevê o projeto Escolas Seguras, em parceria com o Cemaden Educação, e também em parceria
1373 com IPA. E esse projeto está levando para quatro escolas públicas do município de São Sebastião,
1374 a educação climática. Nós usamos, numa comunidade traumatizada, falar de área de risco é muito
1375 complicado, então nós usamos a comunidade escolar e usamos os jovens que participaram desse
1376 projeto, então hoje os nossos jovens estão preparados para, se tiver uma rachadura na sua casa,
1377 ele sabe identificar. Eles construíram pluviômetros na escola, sabem hoje como funcionam os

1378 sistemas emergência ali na Vila Sahy. Muitos jovens desses estavam na tragédia naquele dia,
1379 então eu acho que a gente está formando um paradigma no estado de São Paulo, com um projeto
1380 pós tragédia que precisa ser trazido essas novas tecnologias de restauração, acho que está muito
1381 patente que mudanças climáticas, ela está completamente associada à supressão de vegetação, à
1382 necessidade da restauração ambiental e, com o auxílio da empresa Ambipar, que patenteou uma
1383 tecnologia 100% brasileira, a gente está conseguindo semear as nossas encostas. Vocês imaginam
1384 que é um projeto de 203 hectares, mais de 40% dele é encosta, então, a dificuldade de fazer essa
1385 semeadura, e o braço social de mostrar que não se pode falar de pós-tragédia, não se pode falar
1386 de plano de mudanças climáticas sem envolver as pessoas. Então, esse envolvimento da
1387 comunidade que está acontecendo em São Sebastião, vocês imaginam, numa quarta feira, à noite,
1388 dentro da Vila Sahy, às 7 horas da noite, pessoas do lado de fora da associação, querendo entender
1389 mais sobre a área de risco, com uma maquete feita pelos jovens, mostrando ali o que é área de
1390 risco ou não. Então eu acho que a gente precisa aliar o componente da educação climática de
1391 uma forma muito forte dentro do nosso estado. A gente tem condição disso, a gente tem
1392 excelentes iniciativas, tem atores e instituições que já fazem esse trabalho. Então, acho que é
1393 fácil de fazer um mapeamento e agregar dentro desse plano a ajuda da sociedade civil que, muitas
1394 vezes, consegue chegar aonde o governo, onde um instituto de pesquisa, onde uma Fundação
1395 Florestal não consegue alcançar, que é o seio da comunidade afetada. Então eu queria agradecer
1396 a esse conselho porque esse projeto passou pelo conselho nosso logo no início, agradecer a
1397 Secretaria, agradecer a Fundação Florestal e também pedir, Anselmo, foi protocolado um
1398 documento em nome de várias instituições da sociedade civil, com alguns pedidos de extrema
1399 importância, não só para o Litoral Norte, mas acho que para todo estado, e nós gostaríamos muito
1400 de uma atenção da presidência desse conselho para apreciar esse pedido das entidades, e me
1401 comprometer aqui a trazer, Diego, da Fundação, na próxima reunião, o status do nosso projeto.
1402 A gente vai para um ano e dois meses de semeadura, estamos indo para a última semeadura,
1403 agora, até dia 31 de outubro, então temos muito orgulho de estar desenvolvendo esse projeto.
1404 Isso mostra que a parceria público-privada é extremamente eficaz, e agradecer ao CONSEMA
1405 por ter sido o palco de trazer luz a esse pós tragédia e mostrar que dá para fazer, com pouco
1406 dinheiro, e precisa integrar as sociedades civis que já são organizadas nesses territórios, não
1407 esquecendo, pegando muito a fala do Trani, não esquecendo de colocar esse plano no chão de
1408 fábrica. A gente que está ali na linha de frente, lutando contra as mudanças climáticas, ajudando
1409 a população, prevenindo o risco, é utópico nós pensarmos, por exemplo, só o município de São
1410 Sebastião, desculpa me estender, tem mais de 22 mil pessoas morando em área de risco. São 102
1411 núcleos de crescimento desordenado, e isso acontece em todas as cidades do Litoral Norte, então
1412 é necessário uma coalizão com a sociedade civil para que a gente possa, de fato, fazer com que
1413 essas políticas públicas cheguem na base do nosso território. Então queria agradecer, o tempo é
1414 dispensado, e agradecer a sociedade civil pela nossa união no Conselho Estadual de Mudanças
1415 Climáticas, tenho certeza que nós vamos ali poder colaborar com as políticas ambientais do
1416 estado de São Paulo. Obrigada.

1417

1418 **02:32:13 Anselmo Guimarães:** Obrigado, ex-conselheira Fernanda, obrigado pela relato sobre
1419 o CONSEMA, aqui sobre o palco. Por favor, veja se leva o nome do CONSEMA lá para o
1420 Conselho de Mudanças Climáticas também, tá? E nós recebemos aqui o documento, estamos
1421 cadastrando no sistema e vamos e te informando o número para acompanhamento, tá? A gente
1422 vai encaminhar o documento protocolado. Bom, vamos continuar, então temos bastante inscritos.

1423 Obviamente, o doutor Daniel Smolentzov está aqui na sala, depois, Diego, Jorge Rocco
1424 Beloyanis e Resende. Por favor, doutor Daniel.

1425

1426 **02:32:56 Daniel Smolentzov:** Bom dia a todos. Muito do que eu ia falar já foi falado, então eu
1427 só quero novamente aqui parabenizar toda equipe pela elaboração desse importante Plano
1428 Estadual, e dizer, a questão, um Plano Estadual como esse, ele é relevante porque ele retira um
1429 pouco da discricionariedade dos demais atores públicos. Então, na medida em que o estado de
1430 São Paulo coloca em prática um Plano Estadual, esse documento passa a ser cogente, uma diretriz
1431 do estado de São Paulo, então tem que ser aplicado em todo o seu território. E isso é muito
1432 relevante, então, acho que na linha do que foi falado, de colocar essas questões no chão, de
1433 concretizar isso tudo, para que isso ocorra, nós temos que, então, primeiro fazer esse documento,
1434 e o que foi muito bem feito, uma lição de casa maravilhosa. E aí, terminar esse processo para, de
1435 fato, publicar o Plano Estadual e, a partir de então, nós vamos conseguir trabalhar para que esse
1436 plano comece a ser concretizado. Então, parabéns a todos os envolvidos. Eu acho que é um
1437 primeiro passo muito importante e reforço a ideia de que esse documento não é um documento
1438 decorativo, ele tem um valor jurídico muito grande. Obrigado.

1439

1440 **02:32:13 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, doutor Daniel. Por favor, Diego.

1441

1442 **02:34:35 Diego Hernandes:** Bem rapidamente. Primeiro Marina, parabéns pela condução.
1443 Parabéns a toda CPLA pela organização dos grupos. A gente se sentiu bastante contemplado com
1444 a dinâmica de contribuições, o IPA também, Nalon, também, fortemente atuando nisso. Foi muito
1445 prazeroso participar desses grupos porque você, na verdade, contribuí aprendendo, é uma
1446 retroalimentação de conhecimento, é muito instantâneo. Só queria destacar um pouco a visão,
1447 quando a gente fala de resiliência, a gente tem, para mim, para nós que trabalhamos com Unidade
1448 de Conservação, a gente tem esses espaços protegidos com esse regime, seja proteção integral,
1449 seja uso sustentável, mas espaços especialmente protegidos, eles são núcleos de resiliência para
1450 a paisagem do nosso estado, para a paisagem do nosso país, estão, sempre proteger, criar,
1451 conseguir constituir, gerir bem as Unidades de Conservação, nada mais é do que fortalecer os
1452 núcleos de resiliência, os núcleos onde a gente consegue externalizar a resiliência, o papel da
1453 paisagem enquanto uma paisagem resiliente. Então, cada vez mais a gente reconhece isso, não
1454 dá para também escutar toda a fala da Fernanda Carbonelli que tem dedicado muito esforço para
1455 o projeto Restaura Litoral, porque ali a gente viu o quanto o serviço ecossistêmico e a resiliência
1456 do Parque Estadual da Serra do Mar foram importantes para atenuar o impacto, uma perda e um
1457 dano, usando um conceito também já bastante utilizado na última conferência do clima, muito
1458 importantes. Sem a Unidade de Conservação, certamente as perdas e os danos para o município
1459 de São Sebastião, para as pessoas, seriam muito maiores. Então é importante a gente destacar
1460 sempre o papel das Unidades de Conservação nessa resiliência como um todo. Obrigado.

1461

1462 **02:36:34 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Jorge Rocco.

1463

1464 **02:36:40 Jorge Rocco:** Bom dia a todos. Primeiramente, também agradecer e parabenizar ao
1465 trabalho desenvolvido. Isso fez muito lembrar também, até na fala do Trani, a integração que
1466 houve com setores econômicos, no ZEE, e aí, a contribuição, então, também deixo aberto para
1467 que possa haver necessidade aí, disponibilidade, a gente poder também contribuir para o trabalho.
1468 Eu queria fazer três observações. No eixo, que eu entendi, no eixo de infraestrutura que vai ser

1469 transversal, entendo eu que seria também importante mencionar transporte, abastecimento e
1470 agricultura, com todo respeito ao colega aqui, conselheira, colocando esse aspecto, porque
1471 entendo que é fundamental para, nesse tipo de trabalho a questão de transporte e abastecimento
1472 em momentos de planejamento e situações críticas que possam acontecer. E com isso, a questão
1473 do eixo econômico, porque quando eu estou falando do eixo econômico, eu não estou
1474 simplesmente falando do setor privado, mas também quando se fala aqui de espacializar o
1475 município, o estado de São Paulo e todas suas atividades, eu estou falando de atividade
1476 econômica pública e privada, então isso é fundamental para um desenvolvimento de um trabalho
1477 de adaptação, resiliência para poder todos estarem na mesmo eixo e numa integração para todos,
1478 nesse ponto. O segundo ponto que me chamou a atenção, rápida colocação, e depois eu gostaria
1479 de debruçar mais nos trabalhos, foi de recurso hídrico, quando mencionou uma questão
1480 relacionada as ETEs, mas num olhar, pelo que eu vi ali da frase, muito na questão da qualidade
1481 e no investimento do tratamento de esgoto sanitário. Mas eu chamo a atenção que num processo
1482 de adaptação e de planejamento, nós temos que lembrar, e eu como engenheiro sanitário não
1483 consigo sair desse eixo, as Estações de Tratamento de Água para garantir a qualidade de consumo
1484 humano dessa água que é distribuída. Isso é fundamental e eu acho que a gente tem que observar
1485 a localização, as condições, as tecnologia que hoje as Estações de Tratamento de Água, nós temos
1486 hoje no estado de São Paulo, nos municípios. E o outro aspecto, a falar de água, nós temos na
1487 outra ponta do saneamento a questão da disposição final de resíduos sólidos. As tecnologias,
1488 principalmente aterro sanitário, quando você põe infraestrutura, isso é fundamental para garantir
1489 esses eixos. Então, como o Trani colocou também, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos e o
1490 próprio Plano de Qualidade do Estado de São Paulo traz os eixos da disposição de resíduos
1491 sólidos, isso tem que estar muito claro dentro desse processo territorial e de abrangência. E
1492 falando nisso, um documento importante quando se fala em recursos, são os Planos de Bacia
1493 Hidrográfica. O ZEE partiu da base de discussão, do diálogo através dos Comitês de Bacia, aí
1494 peço licença ao Coordenador, os Planos de Bacia também é outro aspecto bastante importante
1495 que tem que integrar com esse projeto. E falando em integração, me chamou a atenção e gostaria
1496 de entender como vai se dar, nós do setor privado já estamos desenvolvendo trabalhos conjunto
1497 com a união sobre o Plano Nacional de Adaptação a Resiliência também, e temos alguns
1498 municípios que também tem esse tipo de procedimento, então, como é que isso vai se dialogar e,
1499 principalmente, como foi colocada aqui, como será a governança de todo esse processo?

1500

1501 **02:41:00 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Jorge Rocco. Convido agora o
1502 conselheiro Beloyanis Monteiro.

1503

1504 **02:41:09 Beloyanis Monteiro:** [início inaudível 02:41:29] Estou falando aqui, ninguém está me
1505 ouvindo direito... É o seguinte, parabéns para Marina e equipe. Eu acho que agora tem um outro
1506 papel também da comunicação, o Trani, Leduc e Fernanda, todo mundo que me antecedeu,
1507 Prioste, falaram muito bem e eu quero reforçar o papel da comunicação. E também aterrissar no
1508 território. Eu tenho trabalhado muito com os municípios e eu vejo que muita coisa não chega na
1509 ponta, então acho que esse é um plano muito importante. A gente não pode deixar que ele fique
1510 só na Secretaria. E aí, Jonatas, eu volto a insistir que eu fiquei, na minha decepção com o veto
1511 do PL de mudanças climáticas nas escolas, a Fernanda levantou a educação climática, eu acho que
1512 a gente tem que rever isso ou propor novamente um Projeto de Lei de iniciativa do executivo,
1513 incentivando que as escolas tenham educação climática. Acho que está no papel da Secretaria da
1514 Educação de não querer esse projeto, sei lá qual foi o motivo da Secretaria recusar, mas eu acho

1515 que a gente tem que insistir. Nós estamos aqui falando de conselho de mudança climática e um
1516 monte de coisa, então, se a gente não tem a prática aliada à teoria, ele fica meio inválido. E o
1517 Trani levantou a plataforma dos planos diretores. Eu acho que seria importante, o estado de São
1518 Paulo tem vários planos municipais de Mata Atlântica, e a gente não tem um cadastro atualizado.
1519 A gente precisava rever isso e colocar isso nessa pauta. E quero parabenizar a Fernanda e o Anto
1520 pela eleição do Conselho de Mudanças Climáticas. Eu acho que foi uma experiência muito
1521 importante que a gente formou uma articulação de um coletivo de entidade. Era isso que eu tinha
1522 para falar, e parabéns aí, mais uma vez, para todo mundo.

1523

1524 **02:43:27 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. E o conselheiro Roberto Resende.

1525

1526 **02:43:34 Roberto Resende:** Bom, acho que só complementando também diversas falas
1527 anteriores, acho que cumprimentar a equipe aqui, a Marina e o pessoal, acho que é um desafio
1528 muito importante, muito grande, e é o problema, justamente, de conseguir, de fato, internalizar
1529 esse trabalho. O Trani falou de aterrissar nos municípios, mas acho que também,
1530 complementarmente a isso, o desafio, e eu toma liberdade de dizer, a dificuldade de internalizar
1531 dentro da própria casa aqui. O que foi até falado, por exemplo, rotinas, Licenciamento, a questão
1532 do PRA e do CAR, acho que isso que é importante para a parte hard mesmo, a parte da
1533 fiscalização, a questão do julgamento dos Aias, na avaliação. Como é que a gente coloca todos
1534 esses temas que, na verdade, a gente está falando de praticamente tudo, e tem que falar mesmo,
1535 na forma transversal, essa governança. E, de fato, internalizar na prática, acho que esse é o grande
1536 desafio, desde quando a gente fala de Valo Grande, na reunião passada a gente falou do plano de
1537 episódios críticos, que talvez a gente vá reforçar isso na consulta, que acho que é um mecanismo
1538 já previsto na lei, de colocar também essa discussão aqui junto à Cetesb, também é uma medida
1539 de adaptação, e antecipar a exigência da lei nacional, mas acho que o estado de São Paulo já
1540 merece, precisa ter, por exemplo, esse instrumento, e acho que é isso, reforçar a importância da
1541 gente ficar atento para a questão da governança, de trazer para a prática mesmo a partir de dentro
1542 da casa aqui da SEMIL, seja na parte dela, como infraestrutura. De novo, falar do Valo Grande,
1543 da Raposo, questões desse tipo a gente tem que, de fato, dialogar, não nos fluxos de
1544 Licenciamento, de fiscalização da gestão do território rural, como Prioste já lembrou bem, e
1545 fechando só a questão de governança, reforçar rapidinho a questão do Conselho Estadual de
1546 Mudanças Climáticas, que a Fernanda já lembrou aqui o processo, a gente, até nesse conselho
1547 aqui fez comentários, reclamou da questão do formato do conselho, o espaço muito estreito, que
1548 preocupa a sociedade civil lá, mas a gente está trabalhando justamente pela importância que a
1549 gente tem da participação. Eu acho que é uma forma para a gente melhorar a governança, seja
1550 aqui no CONSEMA, todos os outros conselhos, essa discussão da consulta pública, e da gente,
1551 de fato, valorizar esse conselho que está sendo criado agora, e conseguir ter a criatividade lá, com
1552 uma representação pequena da sociedade civil, vários setores, várias regiões disputando espaço.
1553 A gente lamenta que teve que ficar ainda disputando com o setor agrícola, por exemplo,
1554 empresarial agrícola, que não foi contemplado no Decreto, a gente comentou isso há meses atrás,
1555 que a Fiesp tem duas vagas cativas no Decreto. Outros setores econômicos não foram
1556 representados e foram bater lá na cota da sociedade civil, que é legítimo, todo mundo quer
1557 participar, acho que é importante que a sociedade civil no sentido amplo, não só o campo
1558 socioambiental, mas acho que é oportuno, sempre, esse momento que a Marina representou aqui,
1559 mas a gente acha importante mesmo para melhorar a governança mesmo, investir nos

1560 mecanismos de participação e contribuir para que, de fato, esse plano funcione, que consiga ser
1561 internalizado, que aterrise, como foi falado aqui. Obrigado.

1562

1563 **02:47:11 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro. Enquanto a Marina aquece as turbinas,
1564 já para fazer os comentários, queria passar para uma última manifestação aqui da conselheira
1565 professora Fernanda Brando, da USP. Por favor, conselheira.

1566

1567 **02:47:26 Fernanda Brando:** Bom dia. Desculpe me manifestar ultimamente, porque com o
1568 andar da carruagem, só queria ter alguns minutinhos. Primeiro, parabenizar então, toda essa ação,
1569 que é muito bem-vinda. Acompanho meus colegas anteriormente, e queria destacar o papel das
1570 universidades, aqui então falando como universidade, mas a questão da pesquisa. E aí eu vejo
1571 uma importância muito grande dentro desse trabalho de articulação, uma vez que a gente pode
1572 emprestar o termo de pesquisa translacional, da medicina, para também olhar um pouco tudo isso
1573 que está acontecendo. Então, eu acho que o Biota Síntese, que foi citado aqui, é um importante
1574 programa e a gente já tem um legado bem importante dessa relação, da pesquisa com as políticas
1575 públicas, mas existem outras chamadas de editais, de várias agências de fomento, que vem
1576 trabalhando com essa questão da pesquisa mais aplicada, falando da minha área, da
1577 biodiversidade. Então acho que essa chamada que a Marina colocou, acho que ela tem que ser
1578 bem divulgada dentro da academia, para trazer essa perspectiva das políticas públicas. E eu
1579 destaco aqui o Biotransformação, que foi um edital bem importante, relacionado com
1580 aplicabilidade. E eu vejo aqui uma importância muito grande dentro do eixo da biodiversidade,
1581 no item 5, trazendo as questões dos territórios, como já foi falado, das populações tradicionais e
1582 dos pequenos agricultores, porque a gente precisa, de fato, dar esse olhar para esse tipo de
1583 conhecimento que a gente está verificando e trabalhando, principalmente aqui no estado de São
1584 Paulo. E aí também, já me coloco aqui a disposição com um projeto que estamos trabalhando e
1585 articulando também, Secretarias e tudo mais. Eu gostaria de falar sobre a questão da educação
1586 climática, porque eu penso que a gente vai dando vários adjetivos, isso não torna isso menos
1587 importante, mas sendo a minha área de atuação, no ensino e principalmente na educação
1588 ambiental, eu penso que a educação ambiental já tem um lastro importante que faz com que os
1589 nossos argumentos em relação a essa necessidade de uma perspectiva mais voltada para
1590 climático, mas não só, todos os temas estão engendrados, clima, biodiversidade, recursos
1591 hídricos, resíduos. Eu penso que o item que está no Pnea, na Política Nacional de Educação
1592 Ambiental, e no Pronea, que são as linhas de ação, nos respalda para uma educação ambiental
1593 em todos os formatos, em todos os níveis de ensino, no ensino formal e não formal. Então eu não
1594 vejo porque a gente não entender que essa perspectiva educativa ela é necessária e primordial.
1595 Então, eu só gostaria de dar esse respaldo que a educação ambiental nos fortalece dentro de uma
1596 política pública e dentro de planos de ação para trabalhar isso que todo mundo já comentou.
1597 Então, sendo uma educação climática ou sendo a educação ambiental, a gente tem todo o respaldo
1598 e argumentos para convencer, seja qual instância que a gente queira a necessidade dessas
1599 prioridades no mundo atual. Então era isso. Obrigada e parabéns mais uma vez pela iniciativa e
1600 para todo mundo que está trabalhando nela. Obrigada, Anselmo, pela fala.

1601

1602 **02:51:09 Anselmo Guimarães:** Nós agradecemos, conselheira, e agora com a palavra Marina
1603 Balestero.

1604

1605 **02:51:15 Marina Balestero:** Não sei se eu passo na prova aqui, vamos lá. Primeiro eu queria
1606 agradecer todos os comentários, as contribuições. Alguns deles a gente já foi identificando que
1607 eles estão inseridos em alguma sub ação, em algum momento. Então, quando a gente está falando
1608 de fiscalização e licenciamento, a gente tem ações prevendo o fortalecimento da fiscalização,
1609 então, da gente trabalhar a questão da fiscalização, do licenciamento. Fortalecer as ações de
1610 fiscalização, tanto pensando em tecnologias para apoiar esse tipo de atividade, também o
1611 Licenciamento. A questão das soluções baseadas na natureza, sim, elas aparecem em diversos
1612 momentos. Eu acho que no título das ações elas aparecerão só ali nas infraestruturas verdes e
1613 azuis, mas a gente está falando de soluções baseadas na natureza, de adaptação baseadas em
1614 ecossistemas, em *blue carbon*, também pensando nesse cobenefício, entre a adaptação e
1615 mitigação, para algumas ações. Eu estou tentando fazer uma resposta mais geral para algumas
1616 coisas, para destacar outras. Aqui a gente falou bastante de governança e sim, a gente acha que é
1617 um ponto para a gente trabalhar. A gente tem alguns fóruns já instituídos que a gente pode se
1618 utilizar deles, como a região metropolitana, os CBHs, o próprio PMVA, pode ser um caminho
1619 para a gente capilarizar, acho que essa relação com os municípios têm muito a ver com o trabalho
1620 que está sendo feito no Programa Municípios Paulistas Resilientes, de capacitação desses
1621 municípios para que eles desenvolvam os seus planos, suas estratégias de adaptação e resiliência
1622 climática. O PMVA também apoia, nessa capilaridade, tendo as suas diretrizes de adaptação e
1623 mitigação às mudanças climáticas, fora os outros eixos, a outras diretrizes temáticas abordadas
1624 no programa. E aí quando a gente fala de governança, para a gente pensar em incluir sim a
1625 academia, as populações tradicionais, a população de um modo geral aqui, como foi ressaltado a
1626 importância da participação da sociedade civil, dos municípios, dos setores econômicos e dessas
1627 populações que vão ser atingidas de uma forma mais intensa ou, primeiro. A gente falou também
1628 bastante de educação ambiental, comunicação e participação, que conversa um pouco com essa
1629 parte da governança, como a gente articula e usa esses espaços para a gente, de fato, ter um plano
1630 aplicável, que vai ser materializado. Isso também é um desejo nosso, como Planejamento, nada
1631 melhor do que a gente fazer um plano que é de fato implementado, e já fazendo a conexão com
1632 as outras políticas, acho que muitas daquelas políticas e ações, iniciativas que já estão
1633 desenvolvendo, elas balizam o nosso V zero, da onde a gente está saindo, mas a gente também
1634 tem a expectativa de que é nelas que a implementação de fato vai acontecer. Então, essa
1635 articulação precisa acontecer para que a gente consiga materializar o plano. E a parte de
1636 especializar dos territórios, isso a gente tem a expectativa de quando a gente pensar em cada uma
1637 das sub ações que forem sinalizadas, que serão aplicadas, a gente vai no fundo do território, vai
1638 olhar onde, em que região do estado, correlacionar com esses mapeamentos que vocês colocaram
1639 aqui, acho que a gente já anotou para para não esquecer nesse processo, então cruzar com os
1640 mapeamentos feitos pelo Biota Síntese, esses mapeamentos de vegetação nativa, o próprio
1641 mapeamento que o Nalon colocou hoje aqui no começo da reunião também, para a gente poder
1642 ter esse diagnóstico territorial dessas ações e a gente poder focar em locais prioritários, para
1643 muitas delas. Foi falada a questão do PRA algumas vezes também, tem uma sub ação, acho que
1644 dentro da biodiversidade, da gente dar um gás, não é esse termo, mas assim, dar um gás na
1645 aplicação do PRA, fica mais fácil de entender, é uma linguagem mais acessível. Isso também é
1646 uma preocupação nossa no plano, é a gente ter uma linguagem acessível para que as pessoas
1647 compreendam o que a gente está propondo e possam contribuir em cima disso. Também a
1648 correlação com o Zoneamento. Aqui, quando Trani falou das capacitações, de usar esses espaços
1649 das regiões metropolitanas e dos municípios, além do PMPR, além do PMVA, a gente também
1650 tem todo um esforço de capacitação para os municípios ganharem capacidade para poder

1651 entender esses materiais que são disponibilizados, trabalhar com esses materiais e incluir eles
1652 nesse processo de implementação de políticas públicas municipais. A gente finalizou o primeiro
1653 ciclo, agora em setembro, e a ideia é a gente voltar agora, após as eleições municipais, a fazer
1654 essas capacitações para os municípios. Tem alguma coisa, meninas, que falta responder?

1655

1656 **02:56:18 Cristina “Kitty” Azevedo (CPLA):** Só reforçar que dia 12 de novembro, à tarde, na
1657 FAPESP, vai ter um webinar que vai ser televisionado, então a gente vai poder, todas as pessoas,
1658 verem, participarem e depois vai ficar gravado no *YouTube* também para todo mundo poder
1659 assistir. Acho que vai ser um debate bastante interessante, com apoio da equipe do Biota Síntese,
1660 como a professora Fernanda acabou de colocar. Obrigada.

1661

1662 **02:56:43 Marina Balestero:** E eu vou terminar, juro, que eu lembro da parte de saneamento,
1663 que foi colocada aqui. Sim, quando a gente está falando de saneamento, a gente está falando de
1664 abastecimento, esgotamento, resíduos e drenagem, então, a ideia é que a gente tenha ações que
1665 contemplem as quatro frentes do saneamento. Questão de perdas, a gente tem trabalhado também
1666 na questão da segurança hídrica, então a gente está pensando em ações para trabalhar as perdas
1667 e as ETA, as Estações de Tratamento de Água, elas estão com alguma ação, se não me engano,
1668 na saúde única, quando a gente fala da qualidade da água e na quantidade da água disponível
1669 para abastecimento, pensando naquela relação da saúde ambiental, saúde humana e saúde é
1670 animal. Acho que foi.

1671

1672 **02:57:27 Jonatas Trindade:** Só para reforçar o interesse do estado realmente de ter algo prático.
1673 Eu tenho colocado isso para a equipe técnica que seja executável, não adianta ter um plano para
1674 ficar na prateleira, como foi falado. É um desafio grande, e aí o Comitê, o Conselho de Mudança
1675 Climática tem esse papel também de acompanhar a execução dessas ações, esse é um papel
1676 importante de acompanhamento e cobrança, realmente, para que o estado execute. A ideia é
1677 destacar para quem, de direito, na lógica, sei lá, SEMIL, Agricultura, todos os entes que sejam
1678 responsáveis pelas ações, ou endereçar também para os municípios, também nesse contexto,
1679 dentro do que cada um tem sua responsabilidade, mas é reforçar com que essas ações executem
1680 na prática, ou sejam executáveis. A gente sabe que o conjunto de ações e subações é gigantesco.
1681 A gente apresentou um pedacinho do que foi trabalhado, agora a gente vai estar nesse momento
1682 de consulta, escuta pública, com interação direta com a sociedade, tanto na plataforma que vai
1683 ser disponibilizada a partir do dia do início da consulta pública, como também de participações
1684 nos territórios. Nós estamos, como foi apresentado, programando participações em escutas, em
1685 determinados públicos, muito com o olhar também na justiça climática. E nossa expectativa é
1686 que esse plano seja publicado no início do ano que vem e que haja realmente esse
1687 acompanhamento e execução desse plano, dentro do que é possível, dentro dos recursos, dentro
1688 do planejamento, que a gente possa pactuar e seja factível. Não vai ser promessa ver se é algo
1689 que a gente possa efetivamente executar, e à medida que a gente for executando, a gente vai
1690 avançando a execução das demais ações, que a gente não consegue fazer tudo de uma vez, isso é
1691 fato, a gente vai executar e vai planejar essa execução ao longo do tempo.

1692

1693 **02:59:25 Anselmo Guimarães:** Ok, muito obrigado, senhor subsecretário. Obrigado, Marina.
1694 Obrigado a todos os integrantes aqui do conselho pela participação, ressaltando a importância de
1695 participar desse processo consultivo. Novamente, registrando que está sendo dada a largada aqui,
1696 né, Marina? Muito obrigado. Dito isso, 12h05, a presidência aqui sugere, propõe aqui ao plenário

1697 que nós adiemos o último item da Ordem do Dia, que é justamente um balanço parcial das ações
1698 do governo do estado de São Paulo na prevenção, controle e combate aos incêndios em áreas
1699 florestais e rurais no âmbito da Operação São Paulo Sem Fogo. Então, a gente gostaria até, para
1700 a gente poder discutir melhor o segundo item de pauta, colocar para o mês seguinte, tudo bem?
1701 As equipes da Coordenadoria de Fiscalização (...)

1702

1703 **03:00:16 Jonatas Trindade:** Até para explicar um pouquinho, o resultado que foi levantado até
1704 agora é parcial. Nós podemos disponibilizar a apresentação, mas a equipe da CFB continua nesse
1705 detalhamento, que é um trabalho bastante moroso. A própria apresentação mostra o esforço que
1706 foi realizado pela equipe para poder identificar, realmente, as áreas que foram incendiadas, e a
1707 gente vai continuar nesse processo. Então a ideia é ir atualizando a apresentação, o ciclo agora
1708 se fecha agora no final do mês, e aí, se a gente postergar essa apresentação para o mês que vem,
1709 a gente vai ter mais informações para serem apresentadas. Foi um levantamento parcial até dia
1710 12 de setembro, foi o que a equipe conseguiu trabalhar nesse período, porque realmente está
1711 sendo um trabalho bem detalhado, vocês vão ver na apresentação, e a ideia é que a gente possa
1712 trazer algo mais completo, ou atualizado, com áreas que não foram ainda mapeadas e que
1713 sofreram incêndios florestais, incêndio uma forma geral nesses últimos dois meses.

1714

1715 **03:01:25 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Agradeço aqui a participação do Cauê
1716 também, ao professor Roney Perez. Grande amigo aqui, muito obrigado. Então fica para o mês
1717 que vem, anotem na agenda aí. Muito obrigado. Então com isso, nós passamos ao segundo item
1718 da Ordem do Dia, que é a apresentação do Painel Dinâmico da Logística Reversa da Companhia
1719 Ambiental do Estado de São Paulo, Cetesb. Para isso, nós convidamos aqui a diretora de gestão
1720 corporativa e sustentabilidade da Cetesb, Liv Nakashima Costa, novamente aqui nesse conselho,
1721 muito obrigado pela participação. Está aqui conosco também a gerente da divisão de economia
1722 circular e logística reversa, está aqui conosco Regiane, novamente aqui no plenário do
1723 CONSEMA, obrigado. Por favor.

1724

1725 **03:02:16 Liv Nakashima Costa:** Obrigada. Bom dia a todos, vou tentar ser breve aqui na nossa
1726 apresentação. Vou fazer uma pequena introdução antes de deixar os especialistas, que é Regiane,
1727 falarem aqui, para comentar um pouco das mudanças gerais aqui que a gente tem feito na Cetesb.
1728 No ano passado, a gente criou, dentro da nossa Diretoria De Gestão Corporativa E
1729 Sustentabilidade, o Departamento de Sustentabilidade. Então a gente trata a sustentabilidade na
1730 Cetesb há muito tempo, de forma mais dispersa, e hoje a gente está tentando melhorar esse tema,
1731 e tornar ele mais corporativo e transversal aqui na companhia. Isso faz parte do nosso projeto
1732 institucional, a gente tem os projetos institucionais e prioritários da companhia, e a gente tem um
1733 projeto que chama Cetesb do Futuro, que é para preparar a Cetesb para os desafios futuros, seja
1734 preparar em tecnologia, em sistemas e também para os desafios das mudanças climáticas e outras
1735 conjunturas que vamos enfrentar. Então, dentro do nosso Departamento de Sustentabilidade, a
1736 gente tem a Divisão de Economia Verde e Logística Reversa e a Divisão de Mudanças
1737 Climáticas. Então, parabênizo a Marina, de novo, pela apresentação dela. Foi muito bom, acho
1738 que dentro da sustentabilidade a gente tem observado e buscado, acho que é muito convergente
1739 o momento que a gente está com esse planejamento. A gente tem entendido cada vez mais a
1740 importância e qual é o papel das Cetesb nessa agenda. E acho que uma das coisas que eu estou
1741 trazendo aqui para agradecer, é porque dentro desse projeto a gente fez a nossa pesquisa de
1742 materialidade para entender como as diversas partes interessadas entendem a Cetesb e o que elas

1743 imaginam de importante para Cetesb, no tema de sustentabilidade. Então a gente fez a nossa
1744 pesquisa, a gente mandou para os conselheiros e, pelo CONSEMA, a gente agradece muito a
1745 participação, porque a gente teve, com base nessa pesquisa, a gente vai trabalhar o nosso plano.
1746 Obviamente vai ter um peso, porque a gente teve muitas respostas dos colaboradores, mas
1747 estatisticamente isso vai ser corrigido, mas a gente teve também empreendedores e outros
1748 usuários dos nossos serviços. A gente teve prefeituras e municípios, entidades, sociedade civil,
1749 outros órgãos ambientais, estaduais, municipais, outras entidades do governo do estado, os
1750 próprios cidadãos, consultorias, estudantes e também fornecedores nossos, para entender como
1751 nós estamos nesses diversos temas. Então, dentro de tudo isso, a gente entendeu e tem entendido,
1752 conforme a gente criou o Departamento de Sustentabilidade, o papel da Cetesb para ampliar a
1753 sustentabilidade no estado de São Paulo, e a gente entende que um dos principais papéis da
1754 Cetesb é ampliar a transparência das informações, fornecer mais informações de qualidade, dados
1755 com mais facilidade, acessibilidade da informação, seja ela de monitoramento, da qualidade
1756 ambiental, água, ar, solo, que isso seja cada vez mais acessível para o cidadão comum, para todas
1757 as entidades que fazem planejamento, bem como também as informações de gases de efeito
1758 estufa, e dentre elas, a logística reversa. A gente está sempre aqui no CONSEMA recebendo os
1759 questionamentos e perguntas sobre os processos, e a gente, quanto mais a gente tiver informações
1760 abertas, mais a sociedade também vai poder nos ajudar a fiscalizar aquilo que a gente precisa. A
1761 gente sabe que a gente tem recursos escassos, a fiscalização é uma coisa importante, então a gente
1762 conta com o apoio da sociedade para fazer a fiscalização. Então, recentemente a gente colocou
1763 nesse Painel um pouco do histórico para vocês acompanharem como a política ela tem
1764 desenvolvido aqui no estado de São Paulo. O estado de São Paulo é precursor na política de
1765 logística reversa no Brasil. Então a gente iniciou, a partir dos termos de compromisso de logística
1766 reversa, que eram voluntários lá atrás, então a gente fez tudo isso de forma muito participativa,
1767 conversando com os setores e buscando uma solução, de fato, eficiente, né? Então, foram sendo
1768 feitos os projetos piloto, e avaliando a efetividade e a real viabilidade desses termos, e eles foram
1769 evoluindo com o tempo. Em 2000 esses termos foram assinados e a ideia da primeira fase era, de
1770 fato, entender como isso seria viável e tornar isso gradual e progressivo, que a gente começasse
1771 com metas menores e fosse, com base na viabilidade, ampliando as metas e engajando todas as
1772 partes interessadas envolvidas. Então esse tem sido o nosso desafio. Então a gente tem ampliado
1773 a quantidade de termos, ou seja, de materiais que são sujeitos a apresentar a logística reversa no
1774 estado de São Paulo, por exemplo. Então a gente teve aí, a partir de 2018, a cobrança no
1775 Licenciamento. Então, as entidades e os setores assumiram o compromisso a partir de termos de
1776 logística reversa, dos termos de compromisso, e a gente passou a avaliar no nosso Licenciamento
1777 se, de fato, eles estão cumprindo aquilo que estava previsto no termo, então isso tem nos trazido
1778 bons resultados de fiscalização. E também a gente incluiu, a partir de 2018, embalagens em geral,
1779 que é um volume muito grande de material, então, aqui vocês podem ver que tem uma
1780 exponencial, uma crescente, a gente está muito contente com o resultado da nossa política. Tem
1781 muito que se aperfeiçoar, mas a gente percebe que a política tem dado resultados, têm criado
1782 novas soluções, a gente vê que o mercado, os setores, eles têm se preparado, a gente teve a criação
1783 dos créditos de reciclagem nesse meio e buscado trazer soluções viáveis para essa problemática
1784 que a gente tem no estado como um todo.
1785 Então, a gente criou em maio a consulta pública de empresas aderentes. Se vocês acessarem
1786 nosso site, vocês tiverem interesse em saber se uma empresa é ou não aderente a algum plano de
1787 Logística Reversa, vocês podem clicar lá e colocar o CNPJ da empresa, vocês vão encontrar, e
1788 em outubro a gente colocou no ar o nosso Painel Dinâmico de Logística Reversa. A ideia é que

1789 ele também evolua progressivamente, né? É um trabalho muito rico feito pela equipe da Regiane,
1790 especialmente o Pedro trabalhou bastante, Lofti, nosso mais novo funcionário aprovado no
1791 concurso recentemente, já trabalhava aqui com a gente, então ele teve bastante participação. Eu
1792 acho que a nossa ideia com isso é que vocês tenham conhecimento e também trazem, é atender
1793 a necessidade de informação do público, e a ideia é evoluir cada vez mais, trazer cada vez mais
1794 informações. A gente está começando com as informações possíveis no momento, e com o tempo
1795 a gente pretende ampliar. A consulta, quando você clicar na consulta, você vai ver esse perfil,
1796 você insere no CNPJ da empresa que você tem interesse em consultar e você vai ver lá um extrato
1797 de CNPJ, o tipo de cadastro, é uma empresa aderente de plano coletivo, com tal entidade gestora,
1798 o produto cadastrado e embalagens em geral, papel, papelão, e você consegue ter as informações
1799 dessa empresa. E aí a gente já vai entrando um pouco no Painel. Vou passar aqui para especialista,
1800 para a Regiane poder contar um pouco mais desse produto para vocês, e espero que vocês nos
1801 apoiem, nos ajudem a aperfeiçoar as nossas ferramentas.
1802

1803 **03:10:14 Regiane Yogui:** Bom dia a todos. Agradecer a oportunidade aqui de trazer um
1804 pouquinho do nosso trabalho na Divisão de Economia Verde e Logística Reversa. Então hoje a
1805 gente é uma área de apoio ao Licenciamento Ambiental. Então, nós temos uma Decisão de
1806 Diretoria que é um procedimento que faz a exigência da logística reversa no Licenciamento
1807 Ambiental. E nós temos, dentro desse trabalho, dois aspectos em que a gente está avaliando a
1808 questão da estruturação e implementação da logística reversa pelos empreendimentos. Primeiro,
1809 a gente está fazendo a cobrança no Licenciamento Ambiental para que os empreendimentos dos
1810 setores relacionados aqui, então, desses setores de 18 setores empresariais, para que demonstrem
1811 que estão estruturando e implementando a logística reversa no estado de São Paulo. Por outro
1812 lado, a gente, nessa exigência, então, quando a gente exige que eles demonstrem que estão
1813 estruturando, são de duas formas: a primeira é que eles apresentem um plano de logística reversa,
1814 ou seja, que eles tenham um sistema que estão estruturando, que têm metas, que tem um plano
1815 de comunicação, que tem uma estrutura realmente para coletar e destinar corretamente os
1816 resíduos sujeitos a logística reversa. E por outro lado, esse plano que a gente recebe, ele tem que
1817 demonstrar anualmente que essas metas estão sendo atendidas, então são dois momentos em que
1818 a gente analisa essa documentação, essa exigência, que é cobrada no Licenciamento Ambiental,
1819 uma na fase de planejamento e a outra anualmente, aí, com os resultados de logística reversa.
1820 Então hoje a gente tem 18 setores empresariais em que esses empreendimentos que tenham
1821 licenciamento ordinário são cobrados, são exigidos para demonstrar, sem que demonstre a
1822 logística reversa, eles não podem prosseguir o Licenciamento Ambiental, então é uma
1823 condicionante e passa a ser uma exigência técnica na licença emitida. E dentre esses 18 setores,
1824 a gente está falando de 13 resíduos de significativo impacto ambiental que estão sujeitos a
1825 logística reversa. Então a gente está falando de óleo lubrificante, tanto o Oluc quanto às
1826 embalagens, as baterias chumbo ácidas, as pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus, as
1827 embalagens vazias de agrotóxicos, tintas imobiliárias, óleo comestível, filtro de óleo, produtos
1828 eletroeletrônicos, desinfetantes de uso profissional, produtos alimentícios. Aí nesses setores de
1829 alimentos, bebidas, higiene pessoal, limpeza e afins, a gente está falando da logística reversa das
1830 embalagens em geral. Então, é um desafio, porque cada um desses resíduos, ele tem um fluxo
1831 específico, né? É um rol de empresas, uma lista de empresas muito grande, então a gente tem
1832 uma demanda muito grande, tanto por parte das agências ambientais, de fazer a verificação,
1833 quanto também de relatórios que a gente recebe. E, com isso, a gente, como a Liv a apresentou
1834 aqui, a gente iniciou com os termos de compromisso numa primeira etapa, lá em 2012, anterior

1835 até o primeiro termo de compromisso, saiu antes mesmo do acordo setorial, no governo federal,
1836 então a gente adquiriu uma experiência muito grande, vem adquirindo uma experiência muito
1837 grande em relação à questão da logística reversa. Inicialmente, com os termos de compromisso,
1838 que eram sistemas voluntários, então o primeiro objetivo era que os sistemas pudessem realmente
1839 ter os seus programas pilotos, ter a sua estruturação para depois, num segundo, começar a
1840 exigência realmente de cumprimento de metas. E para chegar no momento atual, em que a gente
1841 venha exigindo que não só aqueles que firmaram termos de compromisso com o estado de São
1842 Paulo, mas, para além dessas empresas que voluntariamente implementaram a logística reversa,
1843 ampliando esse universo para todo o setor empresarial, né? Então, inicialmente, a gente tinha
1844 uma informação na forma simplificada, eram relatórios que eles nos entregavam, e à medida que
1845 foi evoluindo o processo, nós fomos evoluindo também a forma de reportar esses resultados. A
1846 gente hoje, o Painel que a gente traz hoje para vocês, então, fundamentalmente, a gente começou
1847 com os termos de compromisso por terem informações históricas, trazer processos mais
1848 consolidados dentro do estado de São Paulo, mas a gente pretende evoluir numa segunda etapa,
1849 nas próximas etapas, em trazer, além dos termos de compromisso, resultados de logística reversa,
1850 também de sistemas coletivos e individuais que a gente tem recebido na nossa base de dados.
1851 Então, a primeira etapa lá, a gente teve 13 termos de compromisso, então o estado de São Paulo
1852 também teve a primeira política de resíduos sólidos lá, desde 2006, que é o Decreto Estadual da
1853 Política Estadual de Resíduos Sólidos, e por isso que a primeira etapa dos termos de compromisso
1854 eram termos compromisso de responsabilidade pós-consumo. E já numa segunda etapa, com a
1855 política nacional, aí passou a se intitular termos de compromisso para a logística reversa. Então,
1856 vocês vão ver que na primeira fase, a gente teve, de 2012 até 2015, esses TCRPs. E, na segunda
1857 fase, os TCLRs, que são os termos de Logística Reversa. Atualmente, a gente tem 14 termos de
1858 compromisso vigentes. A gente tem, na nossa experiência, com a publicação da cobrança na
1859 logística reversa, no Licenciamento Ambiental, cada vez mais a gente tem identificado que a
1860 gente não precisa mais de um instrumento de termo de compromisso, porque essa exigência está
1861 sendo feita para todos os setores e todos os empreendimentos de forma igual. Então, aqui como
1862 resultados, a gente tem o nosso Painel, ele tem uma introdução que explica um pouco dessa
1863 história, da motivação da logística reversa aqui no estado de São Paulo. Fala sobre como estão
1864 os relatórios de resultados, como foram construídos. Teve toda uma metodologia por trás da
1865 construção desses relatórios. A gente pegou bases de dados de diferentes formatos, então a gente
1866 iniciou primeiramente com relatórios em papel, que a gente não tinha uma formatação mínima,
1867 um padrão mínimo. Depois a gente passou por um período de 18 até 21, com os formulários em
1868 Excel. E mais recentemente, com a implementação do sistema do SIGOR Logística Reversa é
1869 que estamos com os dados sistematizados. Mas aí a gente teve que fazer toda uma base de dados,
1870 alinhada para que a gente possa sim, ao longo dos próximos anos, dos próximos períodos, ter
1871 sempre uma atualização, e a gente está sempre com os dados mais atualizados possíveis,
1872 publicados na nossa página. Então, esse momento em que a gente publica esses dados, é por
1873 conta de toda essa evolução, tanto na questão de sistematização dos dados, mas também de trazer
1874 para uma mesma base de informação, tanto relatórios de períodos anteriores. Então, percebam
1875 que essa quantidade coletada, de 2012 a 2023, então, é o total coletado, informado pelos sistemas
1876 de logística reversa, é de 5.039.000 toneladas de resíduos, distribuídos de 2012 a 2023, e de todos
1877 os setores que declararam a os seus resíduos. E esses resultados, eles podem ser consultados de
1878 uma forma bastante dinâmica, então, por isso que são os nossos painéis dinâmicos. Dá para a
1879 gente fazer uma seleção, uma filtragem em relação a ano, em relação à setor, e, nesse primeiro
1880 gráfico, a gente percebe nesse ranqueamento de resíduos que mais tiveram resultados de coleta,

1881 se a gente olhar, em função, a gente começa a olhar para os números e ter também algumas
1882 possibilidades de análise e pensar nas políticas públicas também, e de olhar, assim, o que a gente
1883 precisa ainda melhorar, como é que está determinado setor, que alcances, ainda, a gente pode
1884 pensar para o futuro, e também, eu acho que é uma contribuição bastante grande para toda a
1885 questão do setor de resíduos. Hoje, quando a gente fala, a gente ouve os noticiários, a gente ouve
1886 muito falar em 4% de reciclagem, o Brasil tem uma taxa de reciclagem de 4%, o que significa
1887 esses 4%, né? Então, a nossa publicação traz muita informação para que também se municiem as
1888 pesquisas, e as estatísticas no setor de resíduos sólidos, especificamente para os resíduos da
1889 logística reversa. Então, nesse primeiro gráfico, a gente olha os pneus, é muito por conta da
1890 própria meta. A meta de pneus é para 100%, que se considera aí, é um desgaste de 30%. Então a
1891 gente tem uma política que exige uma coleta muito alta, que são os resíduos colocados no
1892 mercado anualmente, então ele também fica num ranking, ele tem uma necessidade de coleta
1893 muito alta, em termos de volume. O segundo que nós vamos olhar, a segunda barrinha das
1894 embalagens, a gente entende, hoje, as embalagens pós-consumo, elas são um grande desafio. Aí
1895 a fração seca dos resíduos sólidos urbanos é um grande desafio para os municípios, é uma parte
1896 muito grande do resíduo sólido urbano, e ele tem uma contribuição aqui, importante via logística
1897 reversa. Mas vocês vão ver que esse número também está relacionado ao grande número de
1898 empresas aderentes na sequência. Outro dado que a gente pode analisar pelos painéis dinâmicos
1899 e, como eu falei, a gente consegue filtrar o setor e consegue também filtrar o ano, então, numa
1900 filtragem que eu seleciono aqui o setor de filtro de óleo lubrificante, esse setor que começou lá
1901 com o termo de compromisso, lá em 2012, ele tem uma consistência nessa ampliação de metas.
1902 Quem tem esse termo de compromisso hoje, firmado aqui no estado, é a Abrafiltros, e ele vem,
1903 ao longo dos anos, ampliando a meta de coleta. O outro filtro que a gente pode colocar é o de
1904 ano. Então no ano, por exemplo, de 2021, nós tivemos 632 mil toneladas coletadas, para o ano
1905 todo, como os resíduos. E aí por setor, no Painel Verde dá para ver o que que foi coletado para
1906 cada um dos sistemas, dos setores. O outro Painel que nós disponibilizamos, foi o número de
1907 empresas aderentes. Aí no caso, é empresas aderentes aos resultados, então 10.128 empresas
1908 declararam o atendimento de metas para a Cetesb no ano de 2023. Nesse reporte, a gente tem,
1909 além de empresas situadas aqui no estado de São Paulo, empresas também de outros estados. E
1910 aí o setor que teve o maior número de empresas aderentes em 2023 é o setor de alimentos,
1911 bebidas, higiene pessoal, limpeza e afins, que atenderam, estruturaram um sistema de logística
1912 reversa de embalagens, seguindo aí por baterias chumbo ácidas. Então, é possível, com esse
1913 Painel, identificar também a quantidade de empresas que estão fazendo a Logística Reversa aqui
1914 no estado de São Paulo. No filtro, então, é possível filtrar também por setor e por ano. No caso
1915 do reporte aqui das embalagens, nós reportamos dados consolidados de quatro termos de
1916 compromisso. Os termos de compromisso, como eu falei, então lá na nossa página, então são
1917 termos de compromisso tanto de certificados quanto de estruturação de apoio a cooperativas,
1918 implantação de pontos de entrega voluntários. E aí, em 2023, foram 8.237 empresas e, ao longo
1919 dos anos, também é possível. Esse slide, a gente trouxe uma observação aqui, que em 2016 e 17,
1920 não sei se vocês perceberam, mas a gente teve dados muito baixos de coleta reportados à Cetesb.
1921 Não foi porque os sistemas não implementaram a logística reversa, mas muito mais porque nós
1922 não recebemos, que foi um período em que a gente teve de discussão dos termos de compromisso,
1923 então foi um período de renovação dos termos e a gente não recebeu. Aí, como não tinha nenhum
1924 instrumento que os obrigasse a apresentar as informações, então só foram aqueles dos setores
1925 que voluntariamente trouxeram as informações. Então isso é importante apresentar aqui, porque
1926 o Licenciamento Ambiental tem trazido uma obrigação de reporte desses dados. Então a gente

1927 só tem as informações porque realmente passou a ser uma obrigação aí no licenciamento,
1928 fiscalizado, e aí a gente tem esses números aqui para mostrar para vocês. O outro Painel, que, na
1929 verdade, é um mapa, que nós temos disponibilizado lá com esses painéis, é o Mapa Hoje. Nessa
1930 primeira etapa, a gente traz um mapa de disponibilidade de instalações de logística reversa no
1931 estado de São Paulo. Da seguinte forma: Nós temos três tipos de informação nesse mapa. Nesse
1932 primeiro mapa, primeiro, o azulzinho, pela disponibilidade de coleta itinerante, porque, muitas
1933 vezes, o sistema de logística reversa não está no território, naquele município instalado, mas ele
1934 disponibiliza uma coleta que vai até o município e faz a coleta mediante solicitação. O verde é
1935 onde realmente tem instalações de logística reversa, e o vermelho é os municípios que não têm
1936 instalação de logística reversa. Esse primeiro mapa, ele apresenta o consolidado de todas as
1937 instalações, de toda a disponibilidade aqui no estado de São Paulo. Então, 91,2% dos municípios
1938 de São Paulo tem alguma instalação de logística reversa. Esse mapa não tem nenhum
1939 vermelhinho, porque por setor é que a gente vai ver onde que, dependendo do setor, eu tenho ou
1940 não instalação. É importante dizer que o sistemas de logística reversa eles têm uma prerrogativa
1941 dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que a implementação desses sistemas depende
1942 de uma viabilidade técnica e econômica. Então essa parte de estruturação, de estar presente ou
1943 não estar presente em um determinado município, é algo que faz parte desse planejamento e dessa
1944 forma, dessa possibilidade que os sistemas de logística reversa tem de ampliar as suas
1945 capacidades de coleta. Então nós estamos falando dessas instalações, nós estamos falando de
1946 Pontos de Entrega Voluntário, pontos de coleta, entidades de catadores que são apoiadas para
1947 fazer a coleta e a triagem e também de centrais de triagem e recebimento privado, que aí são
1948 comércios atacadistas de materiais recicláveis ou outras estruturas que fazem triagem, transbordo
1949 de resíduos. E aí, no detalhe, além da informação hoje do tem ou não tem instalação de logística
1950 reversa, outra informação que o mapa disponibiliza é, para cada município, no filtro, se nós
1951 selecionarmos o município, ele vai falar que naquele município, quais instalações estão presentes.
1952 Então, no exemplo aqui, no município de Campinas, eu tenho estruturas para coletar embalagens
1953 em geral, bateria chumbo ácida e assim por diante. Então, na próxima etapa, que imagino que
1954 seja breve, a gente vai trazer um mapa consolidado com os pontos de todos os sistemas de
1955 logística reversa, então esse mapa consolidado, o consumidor, o interessado, vai poder selecionar
1956 um local e verificar quais são os sistemas de logística reversa que coletam lá na proximidade. E
1957 aí, é o vermelhinho, que eu falei para vocês, então nesse caso aqui, no exemplo aqui de
1958 medicamentos domiciliares, então eu tenho a parte verde, todos os municípios que são atendidos
1959 pela logística reversa de medicamentos. Em vermelho, aqueles que ainda não tenham ponto de
1960 coleta. E aí, por fim, para dar materialidade, então, nesse primeiro momento em que a gente ainda
1961 não desenvolveu o mapa com os pontos, para trazer materialidade, então, Regiane, a gente tem
1962 lá o mapa do Tem ou não Tem, mas quanto tem ou não tem, né? Então, esse mapa aqui das
1963 instalações ele coloca um pouquinho desse quantitativo do que tem ou não tem em relação a esses
1964 entes. Então, se a gente olha aqui esse compilado do resultado total, eu tenho a quantidade de
1965 pontos de entrega do setor de baterias, de embalagens. Então, são os quantitativos de instalações
1966 no estado de São Paulo, então nós temos 11.385 instalações no estado de São Paulo
1967 implementados nos municípios. As quantidades de operadores por setor, recebimento de
1968 embalagens, aí eu tenho 286 entidades de catadores apoiadas no setor de embalagens, mais 15
1969 no de embalagens de tintas. E no recorte aqui é possível ver o que que tem naquele município.
1970 Então, pegando lá o exemplo do município de Campinas. No primeiro exemplo, eu falei, tem ou
1971 não tem, nesse Painel a gente consegue quantificar quais são as instalações que estão lá no
1972 município de Campinas. Então, lá tem oito pontos de coleta de baterias chumbo ácidas, 14 pontos

1973 de entrega para óleo comestível e assim por diante. Então são muitos dados que, nessa primeira
1974 etapa, a gente já está trazendo com os painéis de logística reversa. Na próxima etapa a gente
1975 espera trazer, cada vez mais, trazer informação mais específica para cada um dos setores, de
1976 forma consolidada. E por último aqui, então, da mesma forma, é possível selecionar por setor,
1977 né? Então, no caso das pilhas e baterias, tem 4.341 pontos de coleta, um operador logístico, uma
1978 central de recebimento e nenhuma entidade de catador. E aí, no mapa também é possível ver
1979 fazendo a combinação entre as informações. Os municípios que tem ou não tem instalação e os
1980 quantitativos. E por hora, é isso. Obrigada.

1981

1982 **03:33:16 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Essa foi a Regiane Yogui, gerente da Divisão
1983 de Economia Verde e Logística Reversa da Cetesb, que, junto com a diretora, Liv Nakashima,
1984 vieram aqui fazer as posições. É bom que a chefe veio ver o que eu estou fazendo aqui... E agora,
1985 gostaria de abrir a palavra aqui aos conselheiros. Temos ainda mais 20 minutos de debates, por
1986 favor. O Victorino, quem mais gostaria agora? Prioste. Eu vou começar com essas duas
1987 inscrições. Primeiro o conselheiro Victorino, por favor.

1988

1989 **03:34:01 José Eduardo Victorino:** Bom, que ótimo. Que bom que a gente começou a fazer isso,
1990 né? Então parabéns para apresentação. Eu só tenho uma dúvida: a DDD, depois, se eu pudesse
1991 saber o número dela, que eu queria, da Decisão de Diretoria, que fala sobre isso. E eu queria
1992 saber o seguinte: como que conversa esse sistema com os municípios licenciadores? Porque você
1993 tem esse projeto da Cetesb, e o município que é licenciador através da deliberação normativa 01
1994 de 24, a gente segue exatamente o que a Cetesb faz, não é? Eu acho que esse tem que ser o
1995 caminho. Então queria entender como é que isso se conversa, principalmente naquilo que você
1996 vai renovar a licença. E olha que interessante, já tem pessoas nos procurando para entender como
1997 é que isso funciona lá. A certeza está cobrando uma coisa deles que a gente não tinha entendido
1998 bem o que é, hoje deu para entender o que é. É esse projeto que eu acho que ele vem em ótima
1999 hora. A gente tem, por exemplo, um problema gravíssimo com as embalagens, que a gente sabe
2000 que existe problema do cidadão, que não tem a educação adequada para descartar de forma
2001 correta, porém, a gente sabe que também tem as empresas que têm que fazer os trabalhos da
2002 logística Reversa. Então, seria basicamente isso que eu tenho dúvida, e eu queria saber, tá bom?
2003 Mais uma vez, parabéns pelo projeto e que bom que chegou.

2004

2005 **03:35:25 Anselmo Guimarães:** Obrigado, conselheiro Fernando Prioste, por favor.

2006

2007 **03:35:27 Fernando Prioste:** Parabéns também pela apresentação. Assim como a gente discutiu
2008 aquela decisão da diretoria última aqui no CONSEMA, e a reflexão que eu tenho é mais ou menos
2009 a mesma, assim, de que esse é um trabalho gigantesco e que um trabalho gigantesco precisa
2010 começar com os primeiros passos. Eu acho que a gente ainda está nesses primeiros passos, né?
2011 Eu acho que esse Painel é um avanço significativo, porque a gente passa de uma consulta de
2012 aderente e não aderente, é uma consulta bem mais complexa e ampla, e que mostra vários
2013 desafios. No primeiro momento, eu olhei o mapa, aí você estava falando, os municípios com
2014 estrutura, estava lá o Vale do Ribeira todo com estrutura. Depois você detalhou, olhei aqui um
2015 pouco, falou, olha, a estrutura lá em Eldorado é recolhimento de pilha, em algum supermercado,
2016 que deve ter uma caixinha, que você vai lá e bota uma pilha. É praticamente nada, não é? E, ao
2017 mesmo tempo também, cochichando aqui com Eduardo, a gente viu a subida do recolhimento
2018 dos materiais, principalmente embalagens, mas imaginando que, e é só minha imaginação, que

2019 talvez o volume de embalagens disponibilizado no mercado ainda é muito maior no seu
2020 crescimento do que a capacidade de implementar a Logística Reversa. E também da necessidade
2021 da gente sempre estar de olho e rebatendo a legislação, acho que esse debate, Victorino, que o
2022 senhor colocou aqui relativo à logística reversa e Licenciamento Ambiental, a gente fez lá,
2023 principalmente o conselheiro Andrez debateu muito, que acabou não entrando esse debate ali, eu
2024 acho que, de fato, hoje se aponta aqui uma espécie de uma lacuna, mesmo, de que o que vai ser
2025 feito com relação a isso com a ampliação do Licenciamento Ambiental. E mesmo na própria
2026 decisão da diretoria, coisas que a gente conversou daquela vez, a legislação determina um
2027 procedimento simplificado para determinadas empresas de menor porte, mas a decisão da
2028 diretoria ela diz, olha, até 500 m² está isento, mas a gente sabe que hoje uma empresa de 500 m²,
2029 dependendo do ramo que ela atua, e da parte tecnológica, ela faz muito com pouco espaço,
2030 sobretudo porque as empresas se dividem. A parte industrial fica aqui, administrativo, fica em
2031 outro lugar, então o espaço da empresa fica diminuta. Mas é isso, é reconhecer que passos estão
2032 sendo dados, mas que acho que a energia precisa ser direcionada na Cetesb com grande
2033 intensidade para esse tema, porque do âmbito do Licenciamento Ambiental, ainda acho que é o
2034 tema menos discutido, menos trabalhado, que tem menos, vamos dizer assim, acúmulo mesmo
2035 de debate, reflexão e ação concreta para tentar impactar o problema.

2036

2037 **03:37:54 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado, conselheiro Fernando Prioste. Mais algum
2038 conselheiro gostaria de participar dessa rodada? Se não, já passo a palavra aos representantes da
2039 Cetesb para fazer os comentários.

2040

2041 **03:38:54 Regiane Yogui:** Com relação a nossa Decisão de Diretoria, ela foi recentemente
2042 revisada, é a Decisão de Diretoria 051 de 2024. Hoje a Decisão de Diretoria trouxe revisão, tanto
2043 para um alinhamento com a regulamentação federal e as metas de embalagens no caso, que foram
2044 ampliadas pensando na questão lá do Planares. Com relação aos municípios que licenciam, nós
2045 iniciamos uma conversa com a ANAMMA, a ANAMMA está organizando uma capacitação para
2046 os municípios com o nosso apoio, então nós estamos estruturando, tem muitas dúvidas, aí a gente
2047 precisa ver como que essa operacionalização com bastante cuidado, porque como vocês viram, a
2048 Cetesb está acumulando uma experiência, desde 2018, para nós não foi fácil, e eu digo que não
2049 é fácil, não só por aqueles que têm que cumprir, mas muito mais difícil para quem não está
2050 abrangido, então a gente recebe dos dois lados. Eu preciso fazer, não preciso fazer. As empresas
2051 de menor porte, elas têm muito mais dificuldade em fazer o cumprimento da logística reversa,
2052 então a gente precisa olhar com muito cuidado e trazer isso para os municípios também de uma
2053 maneira bem cuidadosa e com bastante orientação para eles não sofrerem o que a gente sofreu
2054 aqui ao longo desses anos. Então a gente só teve esse tempo aqui para fazer o Painel, porque a
2055 gente agora está respirando, e com apoio também da diretoria, com apoio, a gente está com uma
2056 visão muito mais sistêmica para olhar os processos. Então, a gente também quer levar para os
2057 municípios isso de uma forma, assim, que traga para eles uma forma mais com esses
2058 aprendizados, com essas experiências que a gente já acumulou. Mas a ferramenta, até assim, a
2059 consulta pública que Liv mostrou, já é uma ferramenta que os municípios podem utilizar na
2060 questão de consultar quem está e quem não consta em logística reversa. Nessa ferramenta
2061 também é possível não só dizer quem está estruturando, mas se ela também está cumprindo
2062 anualmente o seu dever de fazer a logística reversa anualmente. Então a gente está trazendo
2063 muitas informações lá nessa ferramenta da consulta pública de empresas aderentes. E a outra
2064 questão dos municípios que eles tem atuação também, e por isso que a gente trouxe o mapa, o

2065 município também tem um papel de fiscalização das estruturas de logística reversa. Então, para
2066 aqueles municípios, para aquelas localidades em que tem uma previsão de logística reversa, em
2067 que o empreendedor se comprometeu a colocar uma estrutura de logística reversa, também tem
2068 uma possibilidade do município nos apoiar também nesse processo de fiscalização. A Cetesb
2069 também fiscaliza os sistemas de logística reversa em campo, mas como nós vimos aí 11 mil e
2070 tantos entes, não vai ser possível a gente conseguir alcançar todas essas instalações, né?

2071 E o município, quem está lá no território, está muito mais próximo, né? Com muito mais
2072 facilidade, entendimento do que é compreensão daquilo que está no território dela, não é? Então
2073 a gente também conta um pouco com essa aproximação com os municípios, de fazer um apoio,
2074 um auxílio de duas mãos, nós, com a capacitação e os municípios com a parte fiscalizatória
2075 também. Com relação ao que o Fernando falou, realmente, assim, o mapa, um dos objetivos do
2076 mapa é trazer para a sociedade realmente informação. Como é que nós estamos recebendo os
2077 recursos e o apoio do setor empresarial para implementar a logística reversa? Como é que está o
2078 meu território? Como é que eu posso conectar com municípios que estão mais próximos na forma
2079 de consórcio? Então, traz uma discussão de reflexão mesmo, de como sistemas também podem
2080 ampliar no território paulista.

2081

2082 **03:43:05 Anselmo Guimarães:** O Jorge Rocco vai fazer uso da palavra.

2083

2084 **03:43:07 Liv Nakashima:** Só fazer algumas pequenas complementações, acho que foi um
2085 exercício muito bacana do nosso time, para soltar esse Painel. E até a respeito da DD 51, e dessas
2086 atividades até 500 metros, o que a gente tem buscado? A gente sabe que aqui também nós temos
2087 recursos humanos assim, a gente está recebendo pessoas do concurso, mais limitados para atender
2088 todos os municípios do estado de uma forma tão detalhada, para fazer uma fiscalização tão
2089 detalhada, então, o que a gente tem buscado exercitar? É fazer um esforço eficiente, é focar
2090 naquilo que de fato traz o maior resultado. Então a gente tem buscado bastante fazer esse
2091 exercício de, o que essa, seja regulamentação, cobrança, fiscalização, vai trazer de resultado
2092 material para a gente no estado de São Paulo? Então, isso tem sido exercício contínuo de
2093 amadurecer a nossa regulamentação, para a gente buscar concentrar os esforços. Então, também
2094 sistematizar, ter dados, avaliar os dados de forma mais sistematizada, também é uma forma da
2095 gente conseguir atingir mais espaço com menos esforço de pessoas, digamos assim. Então,
2096 futuramente, acho que o Painel está no começo, mas a nossa ideia a gente imagina assim, imagina
2097 que futuramente a gente consiga colocar eventualmente o endereço de onde é o ponto de coleta.
2098 Então isso ajuda a gente não ter que estar lá na ponta fiscalizando, porque se você é um usuário,
2099 vai lá e olha o endereço, você vai falar, bom, aqui nesse endereço não tem, então, é isso que a
2100 gente imagina, com o tempo, e aí a gente focar mais esforços da nossa equipe para evoluir nisso
2101 do que fazer essa avaliação, às vezes pontual, de algumas atividades que tem ali uma contribuição
2102 que talvez não seja relevante em comparação com aquilo que, de fato, é mais relevante no estado
2103 de São Paulo, esse tem sido um exercício que a gente tem feito.

2104

2105 **03:45:04 Anselmo Guimarães:** Conselheiro Jorge Rocco.

2106

2107 **03:45:04 Jorge Rocco:** Um complemento, e colaborar com a discussão. Fernando, na semana
2108 passada nós tivemos uma reunião sobre debates de logística reversa e estava a presença da
2109 Andreia e do conselheiro Rogério Menezes. E a gente lembrou, na ocasião, de que quando se
2110 colocou na deliberação 01 o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, foi um resgate da

2111 Política Nacional de Resíduos Sólidos, onde reconhece o Plano de Gerenciamento e nele, no seu
2112 conteúdo, a logística reversa. E mais do que isso, porque avança para o município o Plano de
2113 Gerenciamento, porque ele vincula ao órgão licenciador municipal que está trabalhando, como
2114 tem no estadual aqui, na Cetesb está previsto também cobrar no licenciamento quando tiver
2115 SIGOR de PGRS instalado, vai ser a viabilidade, no município seria a mesma coisa, só que no
2116 município avança no sentido que a lei coloca aqui qualquer outra atividade que está sujeito a
2117 geração de resíduos sólidos ela tem que apresentar seu Plano de Gerenciamento nem para o
2118 estado, nem para união, é para o município. Então, o município tem um papel importante nesse
2119 processo estruturante para poder avançar e fazer dentro dele, do PGRS, como ficou na
2120 deliberação CONSEMA, a cobrança da logística reversa do que é licenciado e o que não possa
2121 estar sendo vinculado ao licenciamento. Só para a contribuição.

2122

2123 **03:46:45 Anselmo Guimarães:** Obrigado, Rocco, com isso posso passar a palavra ao diretor
2124 presidente da Cetesb, conselheiro Thomaz Toledo.

2125

2126 **03:46:53 Thomaz Toledo:** Só parabenizar a apresentação da diretora Liv e da Regiane, gerente
2127 do setor. E é isso, assim, que foi dito aqui. A gente tem dois conceitos por trás das ferramentas
2128 que a gente está desenvolvendo, então o conceito dentro da nossa agenda de sustentabilidade é
2129 trabalhar muito com a transparência dos dados para contar realmente com a participação da
2130 sociedade em acompanhar aquelas informações, em cobrar responsabilidades das empresas,
2131 inclusive das prefeituras, que vão estar envolvidas em algum processo de licenciamento, como
2132 está sendo dito aqui, quando é de competência do município, mas compartilhar responsabilidades
2133 e não concentrar é tudo na Cetesb, com o poder da Cetesb de controle, como se ela tivesse a
2134 capacidade de validar todos esses dados. É muito se fala hoje em responsabilidade das
2135 informações que são apresentadas pelas empresas, quanto a performance ambiental, se, de fato,
2136 aquilo que elas reportam de investimentos para o meio ambiente são, de fato, ações que trazem
2137 resultado positivo para o meio ambiente, para as pessoas, então a gente está apostando muito na
2138 estruturação do plano de sustentabilidade da Cetesb, na transparência das informações,
2139 disponibilizar as informações, a Cetesb, como órgão licenciador, recebe muitas informações, mas
2140 disponibilizar essas informações para que a sociedade possa fazer essa validação e conseguir
2141 diferenciar o que é informação de ação com consistência, que realmente traz um resultado, um
2142 impacto, com ações que, na verdade, são ações mais, talvez de comunicação, ações mais de
2143 marketing, campanhas das empresas. Então acho que a nossa agenda de sustentabilidade está
2144 bem estruturada nisso, então, se vocês visitarem o painel dinâmico de uso dos dados, dos
2145 inventários, de emissões de gases de efeito estufa, é a mesma lógica que está por trás do Painel,
2146 que está aí há um ano já basicamente, vai fazer agora um ano que a gente tem publicado dados
2147 históricos de mais de 10 anos, que a gente tinha na gaveta da Cetesb, a gente abriu essa base para
2148 que a sociedade possa acompanhar, e isso só vai funcionar se de fato tiver esse engajamento da
2149 população, para que isso chegue na população, na sociedade, para fazer o acompanhamento, fazer
2150 o uso dessas informações. Então, só para reforçar o convite, contamos com todos visitando o
2151 Painel, dando sugestões para a gente, que tipo de pesquisa adicional pode ser feita, até para fazer
2152 o controle social, reforçar o controle social tá bom? Obrigado, gente.

2153

2154 **03:49:51 Anselmo Guimarães:** Muito obrigado. Esse foi o conselheiro Thomaz, presidente da
2155 Cetesb. Nós vamos já nos encaminhando para o encerramento. Eu gostaria de fazer, de última
2156 hora, dois comunicados aqui breves, primeiro sobre a plenária de novembro, que

2157 excepcionalmente vai ser numa quinta-feira, até porque o dia 20 é um feriado, então seria dia 21,
2158 e na outra semana vai ter reunião do Conama, vai ter muita gente envolvida lá, então ficou para
2159 o dia 21 de novembro. Reiterar que o convite, os conselheiros integrantes das Comissões
2160 Temáticas, estamos com bastante trabalho lá, amanhã a gente vai ter a CTBio, né, Rosario, então,
2161 antes de eu tomar outra bronca, já informar que amanhã vai ter votação de Relatório Final, todos
2162 convidados, mesmo quem não integre a Comissão Temática, por favor, está convidada a
2163 participar dos debates. Era isso, subsecretário Jonatas e presidente, passo a palavra.

2164

2165 **03:50:46 Jonatas Trindade:** Agradecer a participação de cada um. Hoje, realmente, com
2166 apresentações bastante relevantes, tanto da Cetesb quanto da CPLA. Reforçar o interesse de que
2167 todos possam contribuir nesse processo de construção do PEARC, que é muito relevante para a
2168 gente. É um processo de construção que começou internamente e que a ideia é que a gente possa
2169 ter essa contribuição externa, uma contribuição bastante objetiva, de preferência, para que a gente
2170 possa consolidar toda essas contribuições e publicar nosso plano. Reforçar o papel, tanto do
2171 Comitê como da Comissão do conselho no acompanhamento da execução dessas ações que vão
2172 estar definidas a partir da publicação do plano. Reforçar a importância da participação social e
2173 do controle social nesse processo da logística reversa, que tem também um papel de educação
2174 muito forte. Eu acho que reforçar esse papel é importante, da importância, e capacitar os
2175 municípios nessa lógica que a gente quer incorporar no Licenciamento Ambiental a logística
2176 reversa, que tem obrigação, como foi bem colocado nos planos específicos que compõem os
2177 PBAs ou os planos de controle associados a essa logística reversa. Falar que a Secretaria está
2178 aberta a contribuições o tempo todo e participação de todos os conselheiros na construção da
2179 agenda ambiental. Agora nós vamos partir para esse processo, junto com a CFB, de melhoria do
2180 São Paulo Sem Fogo, com olhar no que a gente conseguiu aprender nesse ciclo que está se
2181 encerrando, um ciclo ruim, negativo em decorrência da quantidade de incêndios que a gente
2182 observou, não só aqui no estado de São Paulo, mas no Brasil como um todo. Realmente, esse ano
2183 foi um ano diferente, que a gente tem muita coisa a incorporar. Fundação Florestal, tenho certeza
2184 que saiu mais fortalecida em seu corpo técnico, a gente teve um envolvimento muito forte, todo
2185 o corpo técnico, no combate direto. A equipe saiu, por exemplo, de unidades em que não tinha
2186 perspectiva de incêndios, até pela condição ambiental local, e foi trabalhar junto das unidades,
2187 em que a situação era crítica. E aí fortalecer a educação ambiental para conscientização da
2188 população é muito importante. A gente acredita que a construção da conferência, tanto a Estadual,
2189 as municipais e a nacional, vai colaborar nesse processo de ter o olhar para agora e para frente
2190 do que a gente precisa estruturar e melhorar das políticas públicas na questão das mudanças
2191 climáticas e resiliência, que a gente precisa incorporar nos territórios, e esse olhar do território é
2192 muito importante. E contar com a experiência de todos, pelo menos nesse processo de construção,
2193 das conferências, e participação popular, venham junto com a gente, como eu falei para vocês, a
2194 tripartite, tenho certeza que vai para os próximos meses focar na construção da conferência
2195 estadual e a participação social é muito importante para que São Paulo leve para a nacional a sua
2196 contribuição de forma qualificada, como tem sido. Eu falo isso o tempo todo, e não é da boca
2197 para fora, o tanto que a experiência, o conteúdo que o estado de São Paulo tem a oferecer para o
2198 Brasil, pela prática, pela forma, pelo volume, seja pela prática, seja pela vontade de participar,
2199 de construir uma política mais é robusta. Eu fico muito satisfeito de fazer parte da equipe da
2200 Secretaria de Meio Ambiente por isso, pela possibilidade de contar com pessoas com muita
2201 capacidade técnica, contar com a participação social de pessoas que conhecem, vivenciam na
2202 prática todas as dificuldades e consegue também implementar políticas, que são políticas públicas

2203 também, implementadas pela sociedade civil de uma forma muito qualificada. Então, agradecer
2204 a participação de cada um e contar com o apoio de todos, a Polícia Ambiental também pratica
2205 muita educação ambiental, viu, pessoal? Muita educação ambiental, e a gente sabe o tanto da
2206 importância do papel de vocês para que a gente melhore nossa política ambiental. Então,
2207 obrigado a todos e boa semana, restante da semana. Muito obrigado.